

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Ciências Sociais



A análise de reconstrução dos papéis femininos, via liderança feminina política e religiosa
no Brasil

Wanyi Cai

Orientadora: Doutora Simone Miziara Frangella
Coorientadora: Doutora Maria Clara Ferreira de Almeida Saraiva

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Brasileiros.

2025

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Instituto de Ciências Sociais



A análise de reconstrução dos papéis femininos, via liderança feminina política e religiosa
no Brasil

Wanyi Cai

Orientadora: Doutora Simone Miziara Frangella

Coorientadora: Doutora Maria Clara Ferreira de Almeida Saraiva

Dissertação especialmente elaborada para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Brasileiros.

Júri:

Presidente: Doutora Filipa Maria Lowndes Marques de Araújo Vicente, Investigadora Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutora Ana Paula Mendes de Miranda, Professora Associada IV do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense, Brasil;
- Doutora Simone Miziara Frangella, Doutorada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil e orientadora.

Dedicatória

Agradeço aos meus pais na China pelo apoio incondicional em todos os momentos difíceis durante meus estudos em Portugal.

À Professora Simone Frangella e Professora Clara Saraiva. Obrigada pela orientação e ajuda no meu trabalho, pela disponibilidade, por me guiar, pela compreensão e pelos conselhos.

Agradecimentos

O tempo voa muito e o meu estudo do mestrado está a chegar ao fim. Durante esta jornada gratificante em Portugal, muitas pessoas deram-me ajuda e apoio em diferentes etapas. Aqui, gostaria de expressar a minha profunda e sincera gratidão.

Em primeiro lugar, quero prestar o meu mais profundo agradecimento à Professora Doutora Simone Frangella, a minha querida orientadora. Você é uma professora incrível e cheia de conhecimento acadêmico. Desde a seleção do tema até a realização da dissertação, incluindo as posteriores revisões, tem me dado muita ajuda e indicações. Como sou chinesa e o português não é a minha língua dominante, às vezes tenho algumas dificuldades linguísticas na escrita acadêmica. Mas a Professora Simone Frangella sempre me oferece muita compreensão e encorajamento. Quando realizamos as reuniões, você desacelera a fala para que eu consiga entender mais facilmente. Sem sua dedicação, a realização desta dissertação é impossível. Tenho muita sorte de ser sua aluna e obrigada!

Outra orientadora, a Doutora Clara Saraiva, também é uma professora responsável e sábia, que me ajudou bastante na redação do terceiro capítulo. Sou descrente e tenho poucos conhecimentos religiosos, você pacientemente agregou-me muito conhecimento religioso e deu-me muitas orientações. Muito obrigada.

Além disso, não podem faltar os meus familiares, especialmente os meus pais. Vossos apoios e amores incondicionais são a fonte de motivação para que eu siga em frente e sempre me sinto segura por ter vocês ao meu lado.

Por fim, agradeço ao meu namorado Xiaohang Yang pelo teu companheirismo, tolerância e carinho ao longo do caminho. Obrigada pelo teu incentivo que sempre faz me cheia de esperança para o futuro. És uma luz própria da minha vida e foi bom te conhecer.

Resumo

Desde a colonização do século XVI, a família patriarcal tem sido uma característica proeminente da cultura brasileira, exercendo uma influência significativa na dinâmica de gênero entre homens e mulheres. Devido à distribuição desequilibrada de poder, as mulheres frequentemente vivenciavam a subordinação aos homens e não tinham visibilidade na arena pública dominada pelos homens. Os movimentos feministas surgiram para corrigir a situação e proporcionaram às mulheres maiores oportunidades de defender os seus direitos legítimos. Esta dissertação busca examinar o processo de reconstrução e redefinição dos papéis das mulheres, especificamente em termos de suas posições de liderança, dentro das duas esferas sociais do Brasil: política e religião. Dentro de cada dimensão, é realizado um exame a três líderes femininas proeminentes no sector para avaliar o seu papel no desafio aos estereótipos e na remodelação da identidade das mulheres. Metodologicamente, este estudo emprega dois tipos de análise. Primeiramente, é realizado um amplo exame da literatura e das referências bibliográficas sobre o feminismo no Brasil. Em segundo lugar, é realizada uma análise biográfica de líderes femininas proeminentes através de pesquisas na Internet (artigos de revista e jornais, websites, dados quantitativos). Tiramos a conclusão de que durante este processo, uma nova e poderosa imagem feminina está a ser formada. A liderança feminina remove as barreiras que restringem as habilidades e as competências femininas e mostra que a mulher detém qualificações e capacidades de liderança. O empoderamento de três personagens selecionadas na dimensão política ajudou a defender mais direitos políticos femininos, dessa forma promovendo a igualdade de gênero com uso da arma política. Enquanto a liderança e as lutas das líderes religiosas do candomblé fizeram com que as religiões afro-brasileiras fossem valorizadas e melhor aceites pelos brasileiros e indicaram que as mulheres negras puderam fazer diferença como os homens.

Palavras-chave: Movimento feminista, Brasil, política, religião

Abstract

Since 16th century colonization, the patriarchal family has been a prominent feature of Brazilian culture, exerting a significant influence on gender dynamics between men and women. Due to the unbalanced distribution of power, women often experienced subordination to men and lacked visibility in the male-dominated public arena. Feminist movements emerged to correct the situation and provided women with greater opportunities to defend their legitimate rights. This dissertation seeks to examine the process of reconstruction and redefinition of women's roles, specifically in terms of their leadership positions, within Brazil's two social spheres: politics and religion. Within each dimension, three prominent female leaders in the sector are examined to assess their role in challenging stereotypes and reshaping women's identities. Methodologically, this study employs two types of analysis. Firstly, a broad examination of the literature and bibliographical references on feminism in Brazil is carried out. Secondly, a biographical analysis of prominent female leaders is carried out through Internet searches (magazine and newspaper articles, websites, quantitative data). We draw the conclusion that during this process, a new and powerful feminine image is being formed. Female leadership removes barriers that restrict women's skills and competencies and shows that women have leadership qualifications and capabilities. The empowerment of three selected characters in the political dimension helped to defend more female political rights, thus promoting gender equality with the use of the political weapon. While the leadership and struggles of Candomblé religious leaders made Afro-Brazilian religions valued and better accepted by Brazilians and indicated that black women were able to make a difference just like men.

Keywords: Feminist movement, Brazil, politics, religion

ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
INTRODUÇÃO	1
Capítulo 1	5
1. Contextualização do tema	5
1.1 Família patriarcal e os lugares das mulheres	6
1.2 O surgimento do movimento feminista no cenário mundial	7
1.2.1 Movimento feminista do Brasil	8
1.2.2 Movimento feminista no Brasil: Primeira onda de feminismo – o movimento sufragista	10
1.2.3 Segunda onda feminista – “o pessoal é político”	11
1.2.4 Terceira onda de feminismo – interseccionalidade	13
1.3 Feminismo contemporâneo no século XXI	16
1.3.1 Desafios contemporâneos em relação ao gênero	16
1.3.2 Quarta onda de movimento feminista – ciberfeminismo	19
1.3.3 O feminismo negro	23
Capítulo 2	27
2. A análise de liderança feminista política no Brasil	27
2.1 A análise de Marielle Franco	28
2.1.1 Marielle Franco e as suas práticas políticas sobre o feminismo	28
2.1.2 Repercussões e revolta nacional e internacional após a morte de Marielle Franco	32
2.2 Maria da Penha e a constituição da lei de combate à violência doméstica	40
2.2.2 A Lei Maria da Penha	43
2.2.3 Repercussões após implementação de Lei e os significados	47
2.3 Jandira Feghali e a atuação feminista	49
2.3.2 Relatora de Lei Maria da Penha	50
Capítulo 3	55
3. A análise de liderança feminina religiosa no Brasil	55
3.1 Panorama de religião do Candomblé	56

3.1.1 Introdução ao Candomblé	56
3.1.2 A origem da Umbanda	57
3.2 Por que razão as mulheres negras ocupam os lugares de liderança na religião de Candomblé?	58
3.3 Mãe Menininha de Gantois	61
3.3.1 Quem é a Mãe Menininha de Gantois?	61
3.3.2 Pioneira na defesa da cultura africana	63
3.4. Mãe Stella de Oxóssi	66
3.4.1 Quem é Mãe Stella de Oxóssi?	66
3.4.2 Revalorização da cultura africana e a defesa da ecologia	68
3.5 Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque	71
3.5.1 Quem é a Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque?	71
3.5.2 A Mãe de Santo de muitas causas	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
BIBLIOGRAFIAS	81

INTRODUÇÃO

Desde a época de colonização, no século XVI, que a família patriarcal esteve enraizada na cultura brasileira e demarcou a relação entre o feminino e o masculino no Brasil. Esta situação decorre das representações que, ao longo da história humana, considerava que as mulheres eram consideradas frágeis, por natureza, e deveriam ser submissas aos homens. Para além disso, o lugar da mulher circunscreveu-se, essencialmente, à casa de família, assumindo a responsabilidade das tarefas domésticas e de cuidar dos maridos e dos filhos. A imagem da mulher esteve sempre associada à função de dona de casa e possuiu poucos direitos na sociedade e na política. (Azevedo 2016; Rezendo 2016; Holanda 1936) A situação começou a mudar com a emancipação das mulheres, o Iluminismo francês estabeleceu as bases para o surgimento dos movimentos feministas mundiais no posterior. (Cardoso&Silva 2018) As feministas no mundo começaram pelos direitos femininos e recriar a identidade das mulheres.

Acompanhando a evolução da sociedade, o termo “feminismo” chegou finalmente ao Brasil, no século XIX. Em 1919, Berta Lutz e Nísia Floresta fundaram a Federação Brasileira pelo progresso feminino, que lutava pelo voto, pela escolha do domicílio e pelo trabalho de mulheres sem autorização do marido. Posteriormente, surgiram neste país outros movimentos feministas. Após alguns estudos, concluiu-se que os movimentos feministas se definiam como “ondas do feminismo”(Costa 2002), visto que cada onda tem sua meta de luta e seu ciclo de protesto. Na presente dissertação de mestrado, apresento os três movimentos que marcaram a história do feminismo no Brasil. A primeira corrente de luta feminista é marcada pelos movimentos sufragistas. Surgiu na transição do século XIX para o século XX, a qual se focou nos direitos políticos das mulheres. Depois, na década de 60 (1960), o seguinte movimento feminista não se restringiu ao espaço público, já que procurou eliminar a discriminação entre homens e mulheres em contexto familiar. O mote de inspiração “o pessoal é político” (The Personal is Political) foi aplicado neste movimento feminista. Esta expressão permitiu ligar o indivíduo para o coletivo e o privado para o público. A desigualdade de género não é apenas assunto individual e privado, como tal deve ser resolvida de modo sistémico. (Hanisch1969) As mulheres dessa “onda” lutaram por mais autonomia dos seus corpos e pela igualdade de género, nomeadamente o direito à reprodução e o direito ao aborto. Para além disso, combateram a violência doméstica contra as mulheres.

Por último, na terceira “onda” de feminismo no Brasil, que ocorreu na segunda metade do século XX, a partir dos anos 80, o conceito tradicional de feminismo expandiu-se, não se

limitando somente às mulheres brancas de classe social média. Os diversos fatores interseccional passaram a marcar o movimento feminista. Inicialmente, o conceito de interseccionalidade foi primeiramente apresentado pela ativista e feminista negra Kimberlé Crenshaw, em 1986, originando uma reflexão sobre a diversidade e a complexidade das mulheres.(Crenshaw 2002) O movimento interseccional feminista promoveu, assim, novas dinâmicas para esta causa social, visando combater as desigualdades e opressões que as mulheres sofriam. Desta maneira, para além das mulheres brancas de classe média, participaram também na luta feminista mulheres com diferentes marcadores sociais: raça, etnias, classes sociais, orientações sociais, entre outras.

Neste âmbito, destaco o papel fulcral das mulheres negras nesta terceira “onda”, já que conduziram a mudança da sua condição de invisibilidade e marginalização no movimento feminista, conquistando, assim, mais terreno nesta luta. Na época de colonização e escravidão, as mulheres negras foram grupo social mais afetado, tendo em conta que vivenciaram diferentes experiências e sofreram diversas opressões de género, raça e classe social. O racismo colocou os negros na base da pirâmide social, sobretudo o género feminino.(Santos 2019) A luta feminista não consiste somente em eliminar a desigualdade da histórica hegemonia masculina, mas também em combater todas as discriminações contra as mulheres. O novo olhar de luta feminista negra enriqueceu, deste modo, a discussão sobre a igualdade de género e racial na sociedade brasileira, conquistando uma nova identidade das mulheres negras. (Carneiro 2016, 4)

Mais recentemente, o fácil acesso à Internet e ao mundo digital , no final do século XX, despoletou uma nova corrente feminista divulgada nas redes sociais. As mulheres recorrem a este instrumento digital, como palco principal, para lutar contra as opressões. A primeira característica deste novo movimento feminista é a melhor divulgação junto da comunidade e a expansão do público-alvo que apoia esta causa. De facto, este mecanismo digital tornou a causa menos institucional e mais abrangente. Os fatores de interseccionalidade marcaram ainda a quarta “onda” feminista. Desta forma, conclui-se que as redes sociais expandiram a circulação das ideias feministas, chegando a todas as mulheres, sem quaisquer limitações ou marcadores sociais. O crescimento do movimento feminista no Brasil permitiu a emergência de mais espaço de atuação das mulheres e a quebra dos estereótipos sociais mais antigos. De facto, a nova imagem da mulher foi reconfigurada. A busca pela igualdade de género tem sido uma pauta constante.

Na presente dissertação pretende-se investigar sobre a reconstrução dos papéis femininos na sociedade brasileira, em particular a liderança feminina. Baseando-me em duas dimensões da sociedade brasileira, a política e a religiosa, selecionei seis personagens femininas verdadeiramente marcantes para a mudança de paradigma social.

O principal desafio foi responder às seguintes questões para cada uma das áreas em análise (política e religiosa): 1. Quais as mulheres selecionadas e quais foram as suas trajetórias da vida? 2. O que fizeram para reivindicar os direitos das mulheres? 3. De que modo contribuíram para a sua área de intervenção ou para promover a igualdade de género? 4. Como desafiaram e romperam com os estereótipos de género? 5. Quais os principais desafios que enfrentam quando ocuparam um cargo de liderança? 6. Como reconstruíram o novo papel feminino e o que fazem para dinamizar o debate e reflexão sobre o feminismo?

Na dimensão política, o estudo incide em três líderes femininas. Em primeiro lugar, Marielle Franco (1979-2018), uma mulher defensora de uma pauta interseccional, que envolve género, raça e classe social. Ela foi política e vereadora no estado brasileiro, defendendo os direitos humanos, especialmente para pessoas residentes em favelas no Rio de Janeiro, e promovendo a igualdade de género. Durante o seu mandato, praticou as suas convicções feministas e apresentou várias propostas e projetos de lei a favor das mulheres. A morte não natural de Marielle é uma perda irrecuperável para o Brasil e até para todo o mundo. Em seguida, é analisada a importância de Maria da Penha (nascida a 1945), que é líder da causa a favor da dignidade e direitos das mulheres, bem como a igualdade entre homens e mulheres. A contribuição mais emblemática é a Lei *Maria da Penha*, a qual protege muitas mulheres contra a violência doméstica. Trata-se de um símbolo de luta das mulheres brasileiras contra opressões opressão e a violação do bem-estar familiar. A promulgação desta Lei é um grandioso contributo para a luta feminista. De igual modo, a líder Jandira Feghali (nascida a 1957), relatora da Lei Maria da Penha, desempenhou um papel importante na aprovação desta Lei. Foi deputada estadual no Rio de Janeiro e é militante do movimento feminista que defende a igualdade do género.

No que se refere à dimensão religiosa, o presente estudo dedica-se, essencialmente, às religiões afro-brasileiras. As três personagens selecionadas são as Mães de Santo mais representativas do Candomblé: em primeiro lugar, a Mãe Menininha de Gantois (1894-1986), que foi a sacerdotisa mais antiga no Terreiro de Gantois, bem como pioneira na defesa da cultura africana no Brasil. Esta líder religiosa luta sobretudo contra a intolerância religiosa. Em segundo, outra líder igualmente importante na religião Candomblé é a Mãe Stella de

Oxóssi (1925-2018), a qual continuou a causa da Mãe Menininha, na defesa da valorização e aceitação do Candomblé. Defendeu, acima de tudo, a pureza e a particularidade do Candomblé. Considera-se o seu contributo pioneiro para esta área de estudo, já que foi a primeira sacerdotisa a transferir a cultura e a sabedoria africana, divulgadas através da tradição oral, para a herança escrita. Tal inovação facilitou, sem dúvida, a divulgação da religião afro-brasileira. Por último, destaca-se a Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque (nascida a 1955), a Mãe de Santo marcada pela interseccionalidade, que enfrentou diversos preconceitos. Por isso, a mesma defendeu a diversidade e lutou contra todas as desigualdades sociais.

Quanto à metodologia utilizada, aplicaram-se duas formas de análise na presente dissertação: por um lado, efetuou-se uma revisão de literatura ou de referências bibliográficas sobre o feminismo no Brasil; por outro, realizou-se uma análise biográfica sobre as líderes femininas destacadas, através da pesquisa via Internet (a qual incluiu artigos de revista e jornais, websites, dados quantitativos).

A estrutura da presente dissertação é composta por três capítulos: no primeiro, será apresentada uma contextualização do tema. Reflete-se o papel da mulher, ao longo da história do Brasil, com indubitável predominância do patriarcalismo. De seguida, analisam-se detalhadamente as quatro “ondas” ou correntes dos movimentos feministas no Brasil. Apresentam-se, também, os desafios existentes na atualidade contra as mulheres. No segundo capítulo, com base na dimensão política, abordam-se as biografias de Marielle Franco, Maria da Penha e Jandira Feghali. São esclarecidas algumas informações pessoais, experiências de luta feminista, bem como as contribuições para a igualdade de género de cada líder para a sociedade brasileira. No último capítulo, após uma breve contextualização da religião no Brasil, destaca-se a liderança feminina nas religiões afro-brasileiras, onde a centralidade das mulheres é especialmente marcante. Nesse sentido, foi necessário fazer uma breve introdução da religião do Candomblé e da Umbanda. A investigação à biografia de três Mães de Santos permitiu desvendar como contribuíram para a defesa da cultura e religião africana no Brasil. O presente estudo demonstra, assim, o papel que estas líderes religiosas (negras) desempenharam para a luta, valorização e aceitação das religiões afro-brasileiras.

Capítulo 1

1. Contextualização do tema

No primeiro capítulo, apresenta-se uma breve contextualização temática. No Brasil, os papéis e lugares das mulheres na sociedade têm sofrido grande transformação ao longo do tempo. Desde a colonização, a família patriarcal predominou na sociedade brasileira e pautou a relação entre o feminino e o masculino. (Azevedo 2016; Rezende 2016; Holanda 1936). O lugar feminino no Brasil era marcante não só pela submissão ao masculino, como também através da manifestação em todos os aspetos familiares e sociais. Com a desintegração do sistema patriarcal e o desenvolvimento do capitalismo, as novas formas de interação social trouxeram outras oportunidades e desafios em relação ao género (Narvaz&Koller 2006). Ao mesmo tempo, surgiram mulheres feministas que lutaram pelo direito de igualdade e por outros desafios que caracterizavam a sociedade brasileira.

A análise da realidade sobre a reconstrução do papel feminino, no Brasil, deve contemplar as forças e os avanços conquistados pelo movimento feminista. A revisão da história relativa à luta feminista neste país oferece o conhecimento básico para a abordagem do tema discutido e permite conhecer quais as medidas a fomentar nas atuais e futuras lutas que irão surgir no século XXI. Contudo, mesmo que tenham alcançado algum sucesso nas reivindicações dos direitos femininos, bem como a condição social das mulheres tenha melhorado, até aos dias de hoje, no decorrer do século XXI, os problemas das mulheres e a desigualdade entre os géneros ainda estão presentes na sociedade brasileira e ainda existem alguns problemas pendentes.

A bandeira de luta das mulheres por um melhor estatuto social nunca poderá descer no mundo contemporâneo. Neste capítulo, apresenta-se a família patriarcal e o sofrimento das mulheres que integram este sistema; seguidamente, explora-se a história do movimento feminista e as várias ondas no Brasil, considerando que, depois de entrar no século XXI, o feminismo apresenta novas formas de manifestação. Neste contexto, destacam-se as mulheres negras, que são um dos grupos mais vitimizados pela desigualdade. Como tal, neste capítulo, estuda-se a emergência do feminismo negro e o seu lugar de destaque na luta feminista.

1.1 Família patriarcal e os lugares das mulheres

A família patriarcal está enraizada na cultura brasileira e traz problemas em relação ao gênero. Para o sistema patriarcal no Brasil, Narvaz & Koller referem o seguinte: “O patriarcado é uma forma de organização social, onde as suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade” (Narvaz & Koller 2006, 50).

Esse modelo familiar surgiu no período da colonização e decorreu do período no qual a propriedade era de concentração fundiária, onde o fazendeiro ou o homem do campo foi considerado um sinal de nobreza. Na família, os homens desempenhavam um papel importante como chefe ou centralidade do poder e os restos membros da família dependiam deles. (Rezende 2016). Sob a economia rural baseada na agricultura, os homens ofereceram o principal sustento da família enquanto as mulheres ficavam em casa. Desse modo, muito capital social foi acumulado e controlado nas mãos dos homens, já que eles tinham suprema dominação sobre quase tudo à sua volta, incluindo família, filhos, mulheres e escravos. O sistema patriarcal foi evoluindo na sociedade, logo a harmonia entre gêneros foi completamente rompida.

Segundo Engels, desde os primórdios, as mulheres eram subordinadas aos homens através da opressão sobre o corpo e sobre a sexualidade na família e na sociedade. A posição das mulheres foi degradada e considerada apenas como um instrumento de reprodução. (Engels 2019) Elas eram consideradas naturalmente fracas e frágeis fisicamente e não tinham capacidade de enfrentar os homens em nenhuma luta. Nesse âmbito, antigamente, as principais imagens femininas eram a esposa e a mãe; para além disso, os espaços femininos cingiam-se à habitação da família, na qual assumiam a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pelo cuidado dos maridos e dos filhos. Ficavam sempre em casa e quase não apareciam nas esferas públicas. Por isso, estavam sempre vinculadas ao papel de donas de casa e possuíam pouco estatuto social, o que fazia com que elas fossem excluídas das tomadas de decisão na sociedade (Engels 2019). Constata-se, assim, que existe uma enorme desigualdade no que concerne à hierarquia do poder.

A desigualdade com valores patriarcais predominava na família e em toda sociedade brasileira, influenciando profundamente as relações de gênero. A partir do século XX, o apelo das mulheres para erradicar o patriarcalismo intensificou-se e a família patriarcal perdeu

progressivamente o poder. Através das ocorrências dos movimentos feministas, as mulheres conquistaram alguns direitos essenciais e ganharam terreno gradualmente. No entanto, isso não significa o *terminus* do patriarcalismo nem o fim do machismo.

1.2 O surgimento do movimento feminista no cenário mundial

Na história da sociedade humana, o conceito de direitos humanos tem uma história com mais de 200 anos, no entanto, durante um longo período histórico, o conceito não contemplou os direitos das mulheres. Por exemplo, as declarações *The Declaration of the Rights of Man and of the Citizen* de França, em 1789, e *The Declaration of Independence* de Estados de América em 1776, são mencionados os direitos da humanidade, no geral, mas esta humanidade não era pensada a partir da diferença de gênero, logo os direitos das mulheres não foram considerados. Então o movimento feminista mundial visou mudar a situação de que os direitos das mulheres ficavam à margem, e tornou-os como uma parte importante de todos os direitos humanos.

O movimento feminista foi, inicialmente, influenciado pelo Iluminismo francês (1680-1780) e teve origem na Revolução de França de 1789. O movimento iluminista lançou as bases não só do pensamento ocidental, mas também, a nível teórico, dos movimentos feministas, que surgiram posteriormente (Cardoso & Silva 2018). O movimento do iluminismo tinha como objetivo a busca pela liberdade, igualdade e pelos direitos humanos, o que correspondia à bandeira feminista. Nesta época, algumas mulheres já começaram a expor e a criticar os sofrimentos e desigualdades entre os gêneros na sociedade, defendendo que todos os homens são criados sem qualquer diferença, assim, opunham-se, com ênfase, às diferenças de sexo e exigiam a libertação da mente das mulheres para a luta pela igualdade de direitos. Em 1792, a publicação da autora britânica Mary Wollstonecraft¹, *A Vindication of the Rights of Woman*, que é uma das primeiras obras da filosofia feminista, inspirou o desenvolvimento do movimento feminista mundial. Na obra, a autora desafia os estereótipos de gênero na sociedade, defendendo os direitos políticos e naturais das mulheres, especialmente o direito à educação.

¹Mary Wollstonecraft: (27 de abril de 1759 - 10 de setembro de 1797) foi uma escritora, filósofa e defensora inglesa dos direitos das mulheres.

Com o rápido desenvolvimento da indústria capitalista, nas potências ocidentais, as forças produtivas e a economia também se desenvolveram significativamente e, neste contexto, as mulheres quiseram romper com os estereótipos anteriores na sociedade e adquirir mais capacidade de competição com os homens. Era a primeira vez que as mulheres deixavam de ser seguidoras dos homens e tornaram-se num grupo pioneiro já que iniciaram o movimento social pelo direito à independência. Na segunda metade do século XIX, o movimento feminista começou a espalhar-se e a desenvolver-se nos países ocidentais.

No início, as mulheres promoveram a igualdade de género na esfera pública. Após uma série de lutas, no alguns países ocidentais, adquiriram o direito de voto na política. A Nova Zelândia obteve a prioridade de ganhar o resultado em 1893; a seguir o Canadá também promulgou uma legalização do voto das mulheres, em 1919, (mas excluiu aborígenes norte-americanos, não-caucasianos, como mulheres africanas asiáticas etc.) e depois, em 1928, o sucesso concretizou-se no Reino Unido. No entanto, como Pinto apontou, mesmo que os movimentos feministas nesse período tivessem algumas conquistas, a luta das mulheres destacou-se sobretudo nos direitos relativos às relações sociais, ao invés de questionar a essência dos problemas entre os géneros na sociedade (Pinto 2003).

Com o passar do tempo, o movimento feminista evoluiu durante a sua luta e influenciou mundialmente as mulheres. Como uma força na sociedade, quebram-se as correntes tradicionais, as opiniões sobre as mulheres e muda-se o papel feminista na sociedade, criando novas identidades das mulheres no ato de “fazer política” (Oliveira & Cassab 2014, 2).

1.2.1 Movimento feminista do Brasil

Depois de uma dominação masculina absoluta, que durou muito tempo, a dissolução gradual da estrutura patriarcal deu espaço para as mulheres falarem publicamente sobre as suas necessidades. Cada vez mais mulheres começaram a lutar pela igualdade de género e a reivindicar pelos seus direitos adequados à sociedade que integram. E por isso o termo "feminismo" também chegou ao Brasil.

“ O feminismo é uma filosofia que reconhece que homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindica que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes (FRAISSE 1995; LOURO 1999; SCOTT 1986). As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi, e ainda é , predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente dos seus corpos (BUTLER 2003; PATEMAN, 1993).” (Narvaz&Koller 2006, 648)

Nesse sentido, muitos historiadores e especialistas, tal como Margaret Walters (Walters 2005), qualquer movimento que lute pelos direitos das mulheres deve ser considerado como o movimento feminista.

O movimento feminista, que tem como finalidade lutar pela igualdade de direitos e condições sociais entre homem e mulher, surgiu no fim do século XIX, sendo um dos movimentos sociais mais emblemáticos no Brasil. Para fins de estudo didático, alguns estudiosos dividiram as várias frases do movimento feminista em “ondas do feminismo” (Costa 2002), segundo os períodos históricos e as principais reivindicações ocorridas em cada fase. Quanto à origem do termo “onda” no movimento feminista, Mota explicou que

“Como um fenômeno natural, as relações sociopolíticas tanto podem encontrar resistências maiores em determinados períodos históricos como podem se atenuar. Entretanto, esse enfraquecimento não deve ser compreendido como o fim de uma mobilização. Tal como o mar, as ondas continuam a se propagar, mesmo que de forma branda, até encontrarem as areias da praia” (Mota 2017, 111).

As ondas têm as suas especificidades e os seus ciclos de protesto, como tal, cada país tem diferentes critérios para categorizar as ondas nos diferentes contextos sociais. Neste âmbito, a teoria mais conhecida na área de estudo é a subdivisão do movimento feminista em 3 ondas segundo o contexto histórico em que ocorre: a primeira onda feminista é marcada pelas sufragistas, que lutam, principalmente, pelo direito de voto na esfera política. A segunda onda focou-se mais nos problemas em relação ao gênero e à sexualidade, com vista ao alcance

de mais autonomia das mulheres no seio familiar. A seguir, a terceira onda está relacionada com uma questão mais ampla do feminismo, na qual o conceito de *interseccionalidade* ganha espaço, tratando de várias opressões que as mulheres sofrem tais como raça, sexualidade, classe, entre outras (Crenshaw 2002).

1.2.2 Movimento feminista no Brasil: Primeira onda de feminismo – o movimento sufragista

Durante o período de colonização, sob a onnipresença do sistema patriarcal, poucos direitos das mulheres foram conquistados no Brasil. Até que, na transição do século XIX para o século XX, sob a influência das lutas feministas, no cenário internacional, as mulheres brasileiras também começaram as suas lutas contra a submissão aos homens, surgindo, assim, a primeira onda do movimento feminista no Brasil, com algumas conquistas. A luta da primeira onda focou-se mais no espaço político. Nesta época, além de batalharem pela melhor condição no mercado de trabalho, as mulheres brasileiras reivindicaram, principalmente, pelos principais direitos políticos: o direito à participação na vida civil e política e o direito ao voto. Mesmo que o feminismo da primeira onda não estivesse restrito ao direito ao voto, as mulheres que integraram este movimento são designadas de sufragistas; deste modo, o movimento sufragista foi o principal marcador desta onda, que era composta por mulheres de classes média e alta, a maioria de quem era mais educada por ter oportunidade de estudar fora do país e absorver as ideias mais desenvolvidas (Matos 2010, 68) .

A menção à campanha do voto feminista brasileira pressupõe destacar uma das suas maiores líderes, Bertha Lutz, a grande política e ativista na luta feminista da época, a qual foi uma grande cientista, contribuindo para o campo científico com os seus trabalhos botânicos e zoológicos. Aproveitou, neste contexto, a área científica para lutar pelos direitos à educação e ao profissionalismo das mulheres, na esfera pública, promovendo a transformação dos papéis femininos (Sousa 2009). Antes do seu regresso ao Brasil, em 1911, o movimento sufragista conheceu um período de frustração com muitas tentativas, sem resultados.

A chegada de Bertha Lutz trouxe um novo impulso ao movimento. A cientista foi uma das fundadoras e líder da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, abreviada pela FBPF. Esta organização foi fundada em 1922 com a finalidade de fazer campanha de luta pelos direitos feministas em forma de negociação, manifestação e disputa. Finalmente, a conquista

do direito ao voto foi realizada em 1932 pelo governo de Getúlio Vargas, sendo regulamentado no Código Eleitoral Provisório Brasileiro.

No entanto, a conquista tinha limitação na classe feminina, já que somente as mulheres com garantia de renda foram permitidas a ter este acesso ao voto. A nova constituição permitiu, dois anos depois, em 1934, que todos os brasileiros, acima de 18 anos, exercessem o direito ao voto (Bester 2016). Ao longo deste processo de reivindicação, convém destacar a primeira mulher brasileira, Alzira Soriano², a tomar posse de uma prefeitura, numa pequena cidade Lajes, no Rio Grande Norte do Brasil em 1928, época em que o universo político era dominado pelo masculino, isto é, as mulheres ainda ficavam sem direito ao voto. O caso da primeira perfeita provocou repercussões no Brasil e em toda a América Latina, inspirando as lutas feministas que alidecorriam. O seu sucesso foi ainda um precedente para as mulheres brasileiras no que concerne à participação no espaço político, como referido durante uma reportagem sobre o seu discurso na cerimónia de posse: “As conquistas atuais, a evolução que ora se opera, abrem uma clareira no convencionalismo, fazendo ressurgir a nova faceta dos sagrados direitos da mulher”³ Para além disso, de acordo com o professor António de Universidade Federal de São Paulo⁴, a eleição de Alzira Soriano desafiou, explicitamente, a lei da época em que proibia o acesso das mulheres aos direitos políticos. O que lançou os alicerces da reivindicação dos direitos das mulheres, quatro anos depois.

1.2.3 Segunda onda feminista – “o pessoal é político”

No entanto, embora as mulheres já ganhassem os terrenos na esfera política, o tema principal da primeira onda era o direito de voto e menos a busca de igualdade e equivalência entre género na sociedade. Em 1949, surge a grande obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, na qual aborda novas questões e reflexões sobre o que é ser mulher, reacendendo assim o movimento feminista. O autor apontou a comparação entre géneros referindo que “O

² Luiza Alzira Teixeira Soriano (Jardim de Angicos, 29 de abril de 1897 — Natal, 28 de maio de 1963) foi uma política brasileira, a primeira mulher a ser eleita prefeita de um município, na América Latina

³ Lopes, BBC NEWS BRASIL, “A história de Alzira Soriano, a primeira mulher a virar prefeita no Brasil”, 27 de novembro de 2020. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55108142>. Acesso em 28 de maio de 2024.

⁴ Idem

homem representa a um tempo o positivo e o neutro, o para designar os seres humanos” enquanto “A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade” (Beauvoir 1961, 9).

A desigualdade de gênero na cultura e a desigualdade na esfera política são inseparáveis. Todos os aspetos na vida familiar podem refletir sobre a discriminação de gênero. Sendo assim, no início da década 60 (século XX), a nova onda do movimento feminista virou a página e o *slogan* “o pessoal é político” (The Personal is Political) escrito por Carol Hanisch (1969) entrou no horizonte das feministas e tornou-se o mote da segunda onda do movimento feminista. No seu ensaio, Hanisch alargou a definição de “o político” como quaisquer relações de poder em vez de somente autoridade governamental em específico. A frase eliminou as fronteiras entre o individual e o sistema social e político. Assim, a insatisfação das mulheres sobre lugares históricos no casamento como dona de casa não é apenas o assunto individual e privado, a desigualdade do gênero na família tem de ser resolvida sistematicamente (Hanisch 1969).

As feministas neste período lutaram não só pelo espaço político e social, mas também solicitaram novos papéis no relacionamento de sexualidade em contexto familiar. Segundo Rachel Soihet (2013), no seu livro *Feminismos e antifeminismos*, a nova época foi marcada pelas ‘políticas do corpo’. As mulheres tinham como objetivo reivindicar os direitos de reprodução, e encontrar a completa autonomia do seu corpo e sexualidade, incluindo o direito de aborto, ato sexual como fonte de prazer e direito de adotar qualquer método de anticonceptivo. Elas lutaram ainda contra a violação sexual. Este novo apelo desafiou os estereótipos de que as mulheres só podem ficar em casa a cuidar dos filhos e viabilizou, indubitavelmente, o acesso ao mercado de trabalho. As feministas defendem que as mulheres têm a capacidade de sustentar a família e devem receber de forma equitativa o respeito por parte dos homens.

Segundo Mato, além da luta contra a masculinidade, violação sexual e outros direitos de gênero, as feministas da segunda onda também lutaram contra a ditadura militar do país (Matos 2020, 68). No contexto brasileiro, o período da segunda onda correspondeu à ditadura militar, que nasceu em 1964. Sob o regime da ditadura, muitos movimentos sociais de emancipação sofreram grandes opressões. O movimento feminista também foi influenciado e restringido pela ditadura e passou para a clandestinidade (Felgueiras 2017, 115). O movimento feminista desempenhou um papel importante na resistência de ditadura militar da

época. Naquele momento, tendo a resistência do regime militar como a tarefa principal da sociedade, muitas mulheres brancas de camadas altas e médias participaram nas organizações de política esquerda, incluindo as feministas (Ribeiro&Nogueira&Magalhães 2021). As formas de participação das mulheres nesse período eram várias. Felgueiras explicou o que “no movimento estudantil, sindicatos partidos políticos, se organizaram em clubes de mães, associações de bairros, comunidades religiosas, em movimentos contra a carestia e por mais creches e até mesmos, pegaram em armas na tentativa de derrubar o regime militar” (Felgueiras 2017, 115).

No processo de redemocratização, a fim de reivindicar mais direitos para a Constituição de 1988, nos anos 80, as mulheres feministas criaram vários grupos e organizações feministas no Brasil. O órgão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foi criado para assegurar a participação política e social das mulheres no novo estado. Com essas conquistas, o movimento feminista tem mais inserção institucional e as demandas feministas foram, gradualmente, inseridas nas instituições públicas do país. A institucionalização é visível na próxima onda do movimento feminista.

1.2.4 Terceira onda de feminismo – interseccionalidade

A terceira onda de feminismo também pode remontar à segunda metade do século XX, a partir especificamente dos anos 1980. Como se verificou anteriormente, muitas organizações democráticas e de ONGs (Organizações não governamentais) foram criadas por mulheres, a intervenção feminina na política pública e nos partidos políticos aumentaram na forma institucional e muitos concelhos municipais e estaduais surgiram para proteger os direitos das mulheres. Ao mesmo tempo, os institutos de delegacias especiais, destinados a resolver a violência contra as mulheres, conquistaram mais atenção da sociedade, já que eram constituídos por policiais mulheres que prestavam atendimento e apoio às vítimas sofridas de violências (Souza & Cortez 2014).

Pós-estruturalista ou pós-moderno é outra característica emblemática e importante desta onda, tendo em conta as estruturas e as categorias entre classes, raças e gêneros no interior da sociedade, apelando especial relevo aos problemas de género. O movimento feminista, que tinha como centro de batalha a exploração do essencialismo do sujeito feminino e a redefinição da estratégia do movimento (Ribeiro & Nogueira & Magalhães 2021), nesta nova fase, tentou corrigir as falhas que as ondas anteriores deixaram por resolver, nomeadamente

alguns problemas internos. O período da ditadura militar, durante a segunda onda, representou a presença e atuação maioritariamente de mulheres brancas. As mulheres negras ficaram sempre à margem não só da proteção política como também da judicial (Ribeiro & Nogueira & Magalhães 2021).

Mato definiu a característica da terceira onda como “a busca de uma reconfiguração no espaço público (...), por meio da forte participação de ‘novas’ articulações dos movimentos de mulheres (mulheres negras, lésbicas, indígenas, rurais etc.)” (Matos 2010, 68). Deste modo, também surgiu nesta terceira onda o movimento interseccional contra a discriminação das mulheres. O termo de interseccionalidade foi criado por Kimberlé Crenshaw, feminista negra e professora norte-americana em direitos civis e estudos raciais. A docente definiu o termo num sentido metafórico defendendo que

“busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raça, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspetos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (Crenshaw 2002, 177).

O conceito tornou-se numa ferramenta fundamental das feministas para analisar as interações entre as diferentes categorias e opressões que sofrem, em consonância com a afirmação de Kimberlé Crenshaw:

“A importância de desenvolver uma perspetiva que revele e analise a discriminação, o interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes” (Crenshaw 2002, 177).

Sendo assim, experiências de pessoas negras, transexuais e homossexuais também conquistaram terreno nesse período. Verificou-se que as mulheres negras começaram a adquirir relevo e visibilidade no movimento. Revelaram que, para além da desigualdade de gênero, também existem a diversidade e a desigualdade entre diferentes condições femininas. Além da luta contra a discriminação entre homens e mulheres, as feministas negras trouxeram para debate algumas reflexões relativas a questões como a raça, cor, etnia, classe social e nacionalidade, entre outras. A interação entre o racismo e a sexualidade estava presente nesta nova onda do movimento feminista.

Nesta onda, o estudo acadêmico sobre as mulheres encontrou, a partir de década 80, a explosão no mercado editorial e nas pesquisas acadêmicas sobre movimento social, que incluiu a categoria de raça. Prestigiantes autores negros, como sejam Stuart Hall⁵, Bell Hooks⁶, e Sueli Carneiro⁷, desempenham um papel importante na área acadêmica, no que concerne aos preconceitos e à desigualdade sofridos pelas mulheres negras, e são ainda uma referência para as mulheres negras que ocuparam mais lugares na política e na sociedade. O surgimento desses estudos acadêmicos ofereceu mais suporte teórico para as mulheres negras feministas. Destaca-se, neste âmbito, a antropóloga negra Lélia Gonzalez, que publicou um estudo intitulado *Racismo e sexismo na cultura brasileira* em 1984. A presente investigação aprofundou o debate no universo feminista e desencadeou uma reflexão sobre o posicionamento dos negros e indígenas na sociedade brasileira. Esses estudos apelaram à cooperação entre o feminismo e o racismo, contribuindo, desta forma, para o trabalho conjunto.

⁵ Sua obra “*El espectáculo del ‘Otro’*” faz pensar como a diferença se tornou como marcadores raciais de exclusão e refletir sobre a discriminação contra os negros, mas manter silêncio para os marcadores de gênero.

⁶ Sua obra “*Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*” foi publicada originalmente em 1989 nos Estados Unidos e entrou no Brasil só em 2019, refletiu e focou-se em feminismo e problemas de raça.

⁷ O livro “*Mulher negra: política governamental e a mulher*”, batizado Thereza Santos e escrito por Sueli Carneiro lançado em 1985, é o estudo a separar os marcadores sociais tais como gênero, raça e classe e apresentar as desigualdades entre mulheres brancas e mulheres negras.

1.3 Feminismo contemporâneo no século XXI

1.3.1 Desafios contemporâneos em relação ao gênero

Os progressos do movimento feminista no Brasil garantiram, nos últimos anos, algumas conquistas sobre os direitos das mulheres. A igualdade de gênero foi, genericamente, legislada em muitas áreas, tais como no mercado de trabalho, na política e na educação, entre outras. No entanto, as reivindicações pelos direitos das mulheres foram bastantes superficiais e quase não saíram do papel. Muitos problemas de desigualdade de gênero ficaram pendentes e foram deixados para o século XXI. Ou seja, ainda existem muitos desafios nos diferentes aspectos da sociedade para superar. A luta feminista deve avançar e progredir, porque ainda predomina algum desequilíbrio na sociedade brasileira, sendo que as manifestações de desigualdade podem ocorrer de várias formas. Destacam-se, na presente dissertação de mestrado, três dimensões onde esta realidade acontece.

A primeira dimensão verifica-se no mercado de trabalho. Após a publicação da Constituição de 1934, durante o Brasil República, o processo de industrialização no Brasil desencadeou a inserção legal das mulheres no mercado de trabalho e, assim, conquistaram os primeiros direitos laborais. No entanto, a condição das mulheres como trabalhadoras tem sido bastante precária comparativamente com os homens. Segundo o relatório *Global Gender Gap Report*⁸, em 2021, feito pelo Fórum Económico Mundial, o *ranking* do Brasil em relação à igualdade salarial de funções semelhantes está na 126ª posição entre os 156 países que integram a lista. O Brasil está ainda aquém da linha média no contexto internacional no que se refere à igualdade salarial. Os homens auferem sempre um vencimento superior quando desempenham cargos semelhantes em comparação com as mulheres. No que concerne a dados estatísticos sobre a liderança nas empresas, o sexo masculino ocupa a proporção de 80.6%, enquanto que o feminino apenas com a proporção de 19.4%. As estatísticas supracitadas indicam que as mulheres brasileiras sofrem desigualdade e discriminação no mercado de trabalho. A maioria dos setores e cargos com menos valorização está ocupada pelo sexo feminino.

⁸ Global Gender Gap Report 2021. Disponível em https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf Página 13

Além disso, o instituto Patrícia Galvão⁹ realizou a pesquisa intitulada *Percepções sobre violência e assédio contra mulheres no trabalho*¹⁰ em 2020, e o resultado desta pesquisa apontou que, por um lado, 40% das mulheres tinham sofrido assédio moral e sexual no ambiente do trabalho; por outro, somente 13% dos homens denunciaram a mesma experiência. As mulheres encontram, assim, mais obstáculos do que os homens no mercado de trabalho, no qual ainda prevalece o padrão machista.

A segunda dimensão é a violência contra mulheres que tem se tornou num enorme desafio de gênero para a sociedade brasileira. Historicamente, o corpo feminino era tradicionalmente considerado como mercadoria ou um dos objetos dos homens. Porém, nos últimos anos, a Lei Maria da Penha, promulgada em 2006, simbolizou um progresso das mulheres nas reivindicações dos direitos e, como tal, ajudou muitas mulheres brasileiras. A denominação da lei teve origem na sua criadora, Maria da Penha¹¹, uma vítima de violência doméstica, resultando na condenação desta violência familiar pelo governo brasileiro. Consiste numa lei rigorosa, que tem como finalidade proteger as mulheres contra a violência doméstica e punir as agressões contra as mesmas. Mas, infelizmente, os casos de violência doméstica ainda estão muito presentes na sociedade brasileira. Em conformidade com os dados do Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹², num levantamento feito em 2021, 75% das mulheres acima de 16 anos têm sido vítimas de agressões no seio familiar.

Quanto ao conceito de violência doméstica, segundo a indicação da Lei da Maria da Penha, quaisquer ações ou agressões contra uma mulher que cause a morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial podem configurar como violência

⁹ O Instituto Patrícia Galvão é uma organização feminista de referência nos campos dos direitos das mulheres e da comunicação.

¹⁰ Vieira, G1, “40% das mulheres dizem que já foram xingadas ou ouviram gritos em ambiente de trabalho contra 13% dos homens, diz pesquisa”, 7 de dezembro de 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/12/07/40percent-das-mulheres-dizem-que-ja-foram-xingadas-ou-ouviram-gritos-em-ambiente-de-trabalho-contr-13percent-dos-homens-diz-pesquisa.ghtml> Acesso em 28 de maio de 2024.

¹¹ Wikipédia, Maria da Pennha. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_da_Penha

¹² Paulo, G1 SP, “Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa”, 7 de junho de 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml> Acesso em 27 de maio de 2024.

doméstica e familiar. De acordo com a presente definição, o IMP¹³ (Instituto da Maria da Penha) refere que a violência doméstica contempla quer agressões físicas, quer a violência psicológica (tais como humilhação, perseguição ou controle, etc.) ou violência sexual (estupro, assédio sexual, etc.). As vítimas de violências domésticas podem desencadear sintomas de depressão e ansiedade ou até desejo de suicídio. Esta problemática é um enorme desafio para superar na atualidade.

A última dimensão é a da política. Na primeira onda de movimento feminista, as mulheres já reivindicaram o direito à cidadania na participação da esfera política. Contudo, atualmente, em comparação com o universo masculino, a percentagem de mulheres a ocupar os cargos políticos eleitos é ainda significativamente reduzida. Para garantir e aumentar a representatividade do sexo feminino na política, muitos países aplicam a política de cotas de igualdade de género. Segundo a Lei 10.304 de 2009, que alterou a Lei 9.504¹⁴, desde 2009, a proporção do candidato de cada género deve chegar ao mínimo de 30% nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e no Congresso Nacional, ou seja, a mínima percentagem de candidaturas femininas não deve ser inferior a 30%. Infelizmente, a lei não funciona muito bem na prática. Segunda a reportagem da Organização das Nações Unidas e da União Interparlamentar¹⁵ publicada no Marco de 2009, entre os 193 países pesquisados, o Brasil figurou a posição n.º 134 em comparação com a representatividade das mulheres no parlamento (15% da participação feminina). Desta forma, integram apenas 77 deputados femininos nos 513 lugares que constituem a câmara brasileira e 12 senadoras entre os 81 eleitos.

Considerando as razões históricas, sabemos que alguns fatores complexos, tais como cultura, estrutura social e ideologia, misturam-se e estão profundamente enraizados na sociedade brasileira, o que dificulta a erradicação da discriminação sexual existente na política. Também face às informações expostas, considera-se que a política de cotas não está plenamente em vigor para eliminar as discriminações na esfera política. O caminho para

¹³ IMP, 2009. Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>

¹⁴ Biblioteca Ditigalda Justiça Eleitoral. Disponível em <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7204>

¹⁵ Camara Notícia, “Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara”, 29 de março de 2019. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara/> Acesso em 27 de maio de 2024.

conquistar mais terreno feminino ainda está longe e aguarda pela presença predominante de liderança feminista a empurrar o processo e a dinamizar políticas mais positivas.

1.3.2 Quarta onda de movimento feminista – ciberfeminismo

Mesmo que tenhamos chegado ao século XXI, a mulher ainda não conquistou a plena autonomia corporal. Ana Cláudia Felgueiras menciona que

“a sociedade ainda dita o que (as mulheres) vestem, como e onde, sob o risco de parecer uma prostituta e ‘merecer’ ser estuprada muitas mulheres cedem e permitem que seus companheiros, pais, maridos ou namorados determinem o cumprimento de suas saias.” (Felgueiras 2017, 118)

Muitas mulheres da atualidade continuam a dedicar-se a esta causa feminista e a quebrar os estereótipos. É por essa razão que, presentemente, muitos investigadores da área em análise acreditam que está a decorrer a quarta onda feminista em ambiente digital, já que as feministas usam os meios de comunicação como instrumento para disseminar as ideias defendidas. A peculiaridade desta ferramenta digital é inquestionável, viste que proporciona novos impulsos às lutas feministas contemporâneas no Brasil (Silva 2019; Perez & Ricoldi 2019).

O nascimento da Internet fez com que cada vez mais pessoas tivessem acesso às redes. No final de século XX, e especialmente a partir do século XXI, a popularização da Internet chegou também ao Brasil e os meios digitais tornaram-se parte da sociedade brasileira como instrumento principal de comunicação e de pesquisa de informações¹⁶. A Internet também se tornou o palco principal da luta feminista da nova era. Um dos marcos temporais para esta nova onda foi o movimento “Marchas das Vadias” no Brasil. A Marcha das Vadias surgiu no Canadá, em 2011, sendo conhecida como a SLUT WALK. Após uma sequência de abusos sexuais para com as mulheres, que aconteceram na universidade de Toronto, uma declaração policial no fórum universitário reforçou que

¹⁶ Eletronet, “Surgimento e evolução da Internet no Brasil”, atualizado em 4 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.eletronet.com/blog/surgimento-e-evolucao-da-internet-no-brasil/> Acesso em 28 de maio de 2024.

se as mulheres se vestissem como as sluts¹⁷ poderiam evitar o abuso sexual por parte dos homens.

A declaração provocou muitas indignações e, como resposta, as mulheres realizaram os protestos declarando “as vítimas têm culpa” e “as mulheres foram estupradas por causa do seu comportamento desadequado”, andando com roupas provocantes na rua tais como *lingerie*, saia e sutiã com a finalidade de mostrar a liberdade de domínio corporal. Desde então, o movimento expandiu-se mundialmente. A marcha das “vadias” também aconteceu em diversas cidades brasileiras, chamando, assim, a atenção para os casos de violação e, conseqüentemente, a conquista da autonomia corporal.¹⁸ A manifestação foi divulgada e provocou muitas reclamações nos *media* e nas redes sociais, originando o neologismo ciberfeminismo.

Na verdade, o ciberfeminismo já tinha surgido em 1990, no contexto de desenvolvimento tecnológico, estando associado ao movimento feminista. Foi considerado o espaço de utopia para reduzir a diferença entre gêneros . A sua criadora foi Donna Haraway (2013) no seu ensaio intitulado *A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the Late Twentieth Century*. De acordo com Daniels (2009), na literatura sobre as organizações feministas, os autores metaforizam sempre o papel da Internet como uma ferramenta de empoderamento feminino que o utilizam para lutar. (Daniel 2009, 108)

O mesmo defende ainda que as mulheres consideram a internet como o espaço seguro para resistir às opressões de gênero que elas encontraram na vida real (Daniel 2009, 108). Contudo, ainda não conceberam a definição fechada e oficial na obra para este termo, entre as ciberfeministas. O ciberfeminismo no Brasil, conforme a conclusão da pesquisa de Debora Albu, significa, majoritariamente, que as jovens usam o ciberfeminismo em várias dimensões e criam portais independentes nos *media* e nas

¹⁷ “slut” em português usando vadia, é pejorativo aplicado a pessoas, principalmente mulheres, que são julgadas como promíscua ou detentoras de uma moral sexual não ajusta aos padrões da sociedade, fonte de informação <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vadia>

¹⁸ G1 Rio, “Marcha das Vadias reúne mais de mil no Rio e vira hit em rede social”, 27 de julho de 2013. Disponível em <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/marcha-das-vadias-reune-mil-nas-praias-do-rio-e-vira-hit-em-rede-social.html> Acesso em 28 de maio de 2024.

Brasil de Fato, “Marcha das Vadias percorre ruas de Belo Horizonte pelo fim da cultura do estupro”, 3 de julho de 2016. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2016/07/03/marcha-das-vadias-percorre-ruas-de-belo-horizonte-pelo-fim-da-cultura-do-estupro> Acesso em 28 de maio de 2024.

redes sociais, tais como contas de vídeos, blogs, comunidades de chat e revistas virtuais (Albu 2017, 2).

Nesse sentido, as redes sociais e as comunidades, tais como Youtube, Facebook, Instagram ou WhatsApp, permitem a circulação do movimento feminista de forma singular. Esses aplicativos e *sites* conceberam algumas inovações para a causa feminista, destacando as características especiais. Antes de tudo, trata-se da expansão do público-alvo do movimento e a melhor permeabilidade e alcance na sociedade. Sabemos que a maioria dos usuários das redes sociais é jovem. O movimento feminista, via Internet, facilita a divulgação das ideias feministas em grande escala entre as jovens, atraindo mais aliadas a esta grande causa. Essas novas chegadas podem acrescentar um novo sangue ao movimento e trazer novas ideias feministas e novas formas de luta contemporâneas. Este mecanismo torna-se, essencialmente, num novo método de consolidação do movimento, durante o século XXI.

A segunda característica particular desta quarta onda é ser marcada por uma dinâmica menos institucionalizada e mais coletiva. Em comparação com a terceira onda de movimento feminista, esta aconteceu na cultura digital e é menos formal, já que detém mais capacidade de fluidez e uma enorme difusão na sociedade brasileira, sem necessidade de contar com as entidades de movimento social, tais como instituições ou organizações do estado (Perez & Ricoldi 2019). Como tal, a desinstitucionalização fez com que o movimento fosse menos hierarquizado em relação ao poder, e os meios de mobilização mudaram de liderança vertical para a liderança horizontal, via uso de Internet, criando mais autonomia para expandir o movimento, bem como os pensamentos tornaram-se mais livres. Ao mesmo tempo, com o suporte digital, as feministas uniram-se em torno coletivo nas redes sociais. Tal como afirmou Maia,

“Nesses espaços (redes sociais) é possível identificar uma cultura de reforço do coletivo (...) Os movimentos coletivos estão na vanguarda das novas formas associativas, cujo exemplo mais significativo talvez sejam as redes sociais e sua horizontalidade. Por outro lado, o modelo mais ultrapassado de exercício de poder e liderança talvez seja hoje o próprio Estado e seu modelo de exercício de poder vertical, isto é, sob uma estrutura hierarquizada, com identificação de autoridade. Os movimentos

sociais têm tentado desenvolver outro parâmetro de liderança, fundados na ideia de liderança horizontal, em rede” (Maia 2013, 70).

Além disso, a Internet facilita a divulgação das ideias feministas e possibilita a transnacionalidade. Desde então, o movimento feminista do Brasil superou os limites das fronteiras nacionais e geográficas, transitando para uma luta num cenário internacional. Nesse sentido, segundo Perez e Ricoldi, as feministas brasileiras podem entrar em contacto entre si e aprender as experiências e estratégias de luta desenvolvidas noutros países para contribuir com as domésticas. E as discussões e mobilizações do movimento feministas no exterior também podem chegar ao Brasil com a diminuição de fronteiras (Perez & Ricoldi 2020, 10).

A terceira característica é a interseccionalidade, a qual se destaca na nova onda de feminismo. De acordo com a afirmação supracitada sobre a terceira onda, este conceito contempla as questões sobre a diversidade sexual. Na verdade, a interseccionalidade da terceira onda “imprime marcas para o que virá a ser a onda seguinte” (Perez & Ricoldi 2020, 7)). Na quarta onda do movimento feminista, esta característica está predominantemente demarcada na Internet. Neste âmbito, Ferreira considera que

“a noção de interseccional neste contexto (com a Internet) produz seus sentidos por meio da articulação entre feminismos, outras pautas de lutas (por exemplo de pessoas transexuais, do movimento negro, de pessoas com deficiência) e a experiência de sujeitos que ganham corpos e materialidades nesses cenários. A identificação de ser interseccional e/ou praticar um feminismo interseccional é produzida no emaranhado de articulações e disputas de representações e significados para e entre si (Alvarez 2014) dessas noções, bem como localiza-se na proliferação de sujeitos que identificam-se com o campo feminista e com os processos de descentramento em meio a esses feminismos plurais ” (Ferreira 2015, 217).

Os fatores interseccionais configuram o movimento feminista na sociedade digital e promovem a divulgação dos problemas sociais plurais. O alcance e democracia da

informação nas redes digitais permitiram a circulação das ideias de todas as mulheres, sem restrição de marcadores sociais (classe, nação, etnia, religião, etc.). Com o contributo deste instrumento, as pessoas conhecem melhor que a palavra “mulher” ou “feminismo” não é uma categoria única, mas inclui diferentes condições, a Internet cria a plataforma onde todas as diferentes vozes femininas podem ser ouvidas e, por isso, quer as mulheres negras como lésbicas, entre outras, podem contribuir para a luta feminista no Brasil.

1.3.3 O feminismo negro

O destaque dos problemas das mulheres negras é um reflexo da interseccionalidade na sociedade brasileira. Desde a era colonial, as mulheres negras estavam sempre na base da pirâmide em relação às condições de vida (Santos 2019). Numa sociedade marcada pelo patriarcalismo, pelo racismo com supremacia dos brancos, os negros sofreram sempre uma enorme submissão e foram ignorados pela elite da sociedade. Devido aos estereótipos e à discriminação social, os direitos dos negros foram descurados e eles foram rejeitados ao entrarem no espaço de poder, com menos oportunidades de receber educação (Santos 2019; Heringer 2002).

A situação foi ainda pior para as mulheres negras, que sempre ocupavam posições inferiores na sociedade com necessidades desconhecidas. Segundo Carneiro,

“para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas” (Carneiro 2003, 119).

No mercado de trabalho, a situação das mulheres negras também é muito crítica e desfavorável, sofrendo imenso preconceito e marginalização em relação ao salário e função desempenhada. Segundo Bell Hooks (1995), sob a atuação de sexismo e racismo, a ideia, de que as mulheres negras representam o lugar social com a missão de servir os outros, estava inserida na consciência cultural coletiva (Hooks 1995, 468). Por isso, o

nascimento de lutas e resistências das mulheres negras é inevitável com o avanço da civilização. Como o resultado do movimento interseccional, a partir de 1970, durante a segunda onda de movimento feminista do Brasil, as mulheres negras começaram a ganhar mais visibilidade na luta feminista como sujeitos com direitos, elas procuraram e requereram mais autonomia na política. Nas campanhas do movimento contrarracismo e movimento feministas, mulheres negras redefiniram seus lugares e identidade na sociedade. Então na área académica, usamos o termo “enegrecendo o feminismo” para descrever as lutas das mulheres negras na causa feminista. Carneiro definiu esta expressão que “vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro” (Carneiro 2003, 118).

A participação das mulheres negras no movimento feminista é considerada uma interrupção do feminismo hegemónico. Figueiredo destacou, sobretudo, a importância das feministas negras, seguindo a opinião de Colinas. Segundo a autora, a feminista negra desestabiliza o feminismo hegemónico composto por mulheres brancas, “destacando as contradições subjacentes à branquidade presumida do feminismo e serve para lembrar às mulheres brancas que ela não é nem a única nem a norma feminista (Figueiredo 2018, 12). Carneiro confirmou, ainda, os significados das feministas negras, ao assinalar a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista. Além disso, apontou que a inserção das feministas negras serviu para integrar as mulheres com diferentes condições na sociedade multirraciais e pluriculturais por revelar a insuficiência política na teoria e prática existente na sociedade brasileira, possibilitando a articulação de combate entre desigualdade de género e desigualdade de raça (Carneiro 2003, 119).

Na nova era, o desenvolvimento da Internet desencadeia imensas transformações na sociedade, interligando a luta das feministas negras com as redes sociais. Como já referido, as redes sociais empoderaram as mulheres negras quanto aos direitos de expressão, tanto individual como coletiva, e os *media* sociais tornaram-se num novo meio de resistência para as mulheres negras. Silva concluiu destacando a importância das Tecnologias de informação e comunicação (TICS) para as mulheres negras:

“a Internet propicia que as mulheres negras, por exemplo, encontrem-se, organizem-se e mobilizem-se a partir de um território, o da identidade, ou melhor, das identidades. Além disso, a ferramenta permite que a escrita se

transforme em ato político, contribuindo para que a mulher negra possa construir sua própria narrativa e história, desconstruir o discurso racista, sexista e classista e a criar imagens positivas do grupo” (Silva 2017, 69).

Blogs, sites e contas oficiais são ferramentas úteis para o feminismo negro no século XXI. Destaca-se, neste âmbito, o Blogueiras Negras¹⁹, a plataforma onde reúnem o grupo de blogueiras negras e afrodescendentes com boa habilidade de produção em todo o país, tendo como objetivo principal combater as discriminações e deixar as suas marcas na sociedade através da partilha de histórias, sentimentos vividos e conteúdos femininos. Citam-se, ainda, algumas palavras proferidas na página principal por Inaldete Pinheiro de Andrade: “Escreva, escreva sempre, como souber ou quiser, em verso e prosa, mostre ao mundo quem você é e quem são vocês, quem somos nós.” Este *site* serve como uma comunidade *online* para permitir à sociedade a “escuta” de vozes de mulheres negras, conhecendo, desta forma, as suas opressões sofridas.

Os temas mais debatidos são os problemas mais críticos na sociedade corrente. Por exemplo, a sessão de beleza e moda inclui vários artigos discutindo os estereótipos de estética para as mulheres negras, tais como os seus rostos, peles, cabelos naturais e crespos. Essas características específicas são a parte da identidade que as mulheres negras representam. Então muitas “blogueiras” negras feministas escrevem artigos para desafiar os padrões de beleza formulados, de acordo com as mulheres brancas e tentam valorizar a estética negra, elevando, assim, a autoestima das mulheres negras. Recentemente, com o movimento transição capilar, mais mulheres negras do Brasil abdicam de tratamentos especiais físicos dos cabelos e optaram pelos cabelos naturais crespos e cacheados, o que indica que a beleza das mulheres negras é mais reconhecida e a luta feminista das negras progride. Após este breve mapeamento sobre o movimento feminista no Brasil e sobre o desenvolvimento do feminismo negro, abordarei nos próximos capítulos alguns exemplos de liderança feminista em duas dimensões fundamentais: a política e a religião. Com esse propósito, em cada dimensão, escolherei 3 personagens representativas da área, e através da discussão sobre as suas biografias, analisarei as formas de liderança e a importância

¹⁹ Blogueiras Negras. Disponível em <http://blogueirasnegras.org/>

destas mulheres, procurando descortinar de que forma quebraram os estereótipos contra o machismo e lutaram pela igualdade de género.

Capítulo 2

2. A análise de liderança feminista política no Brasil

Neste novo capítulo visou apresentar a história de três mulheres feministas brasileiras na área política durante 2000-2021, para estudar e analisar suas dedicações em relação ao gênero com detalhes. Para ajudar na seleção de figuras, criei vários critérios que devem ser considerados: 1. Contribuir para transformações sociais e políticas nas relações de gênero no Brasil. 2. Os atos destas três mulheres tiveram e têm repercussões nacionais e internacionais. 3. analisar as mulheres com uma perspectiva da interseccionalidade 4. papéis femininos que desafiam e quebram os estereótipos sobre os gêneros. De acordo com esses critérios, as personagens selecionadas são: Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, ativista e vereadora brasileira que defendeu as mulheres e os direitos humanos; Maria da Penha, farmacêutica brasileira, uma vítima mais marcante da violência doméstica, e protagonista da Lei Maria da Penha que protege as mulheres contra violência doméstica levou o nome dela. A última figura é Jandira Feghali, médica e deputada brasileira no Rio de Janeiro. Foi ela que desempenhou um papel importante em passar a Lei Maria da Penha e da licença-maternidade para mães adotantes no Brasil.

O segundo capítulo é principalmente dividido em três partes de acordo com três personagens femininas. Para se ter o melhor conhecimento sobre elas, farei uso de biografias. Sobre o que é uma biografia, Carino explicou: “Biografar é, pois, descrever a trajetória única de um ser único, original e irrepetível; é traçar-lhe a identidade refletida em atos e palavras; é cunhar-lhe a vida pelo testemunho de outrem; é interpretá-lo, reconstruí-lo, quase sempre revivê-lo.” (Carino 1999, 154)

A biografia também trata da representação de vidas de indivíduos, as quais, em sua singularidade, serão tanto efeito quanto causa das transformações ocorridas em sua época histórica. Encontrá-las resistentes ao rígido enquadramento teórico que define as características de um dado período histórico, longe de ser um mal, é um bem, metodologicamente falando – é a prova definitiva do dinamismo, da riqueza e da complexidade das vidas, de sua capacidade de ‘fazer a história’.” (Carino 1999, 157-158)

Através da análise e interpretação das biografias e textos de referência (fontes primárias e secundárias) destas três líderes feministas brasileiras, tentamos perceber as suas reivindicações a favor de mulheres e também seus esforços e contributos em promover a igualdade de género. Ao mesmo tempo, entender as maneiras como elas enfrentaram e desafiaram os estereótipos antigos na sociedade brasileira, usando a ferramenta política. Todos esses são importantes para estudar a transformação dos lugares dos papéis das mulheres no contemporâneo.

2.1 A análise de Marielle Franco

2.1.1 Marielle Franco e as suas práticas políticas sobre o feminismo

Marielle Franco (1979-2018) é uma das melhores políticas e sociólogas feministas a promover a igualdade de género no Brasil. Em 2016, foi eleita vereadora pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com a quinta maior votação (mais de 46 mil votos) no estado do Rio de Janeiro, sendo a segunda mulher mais votada. Segundo Loureiro no seu artigo em homenagem a Marielle Franco, género, raça e cidade são três pilares e temas principais na sua campanha política, especialmente no projeto de combate de violência de género e na defesa dos direitos reprodutivos das mulheres. (Loureiro 2020, 54) Essas reivindicações e lutas feministas eram geradas diretamente de trajetórias e experiências pessoais de Marielle Franco, representando a mulher negra e favelada.

Marielle Franco nasceu em 27 de Julho de 1979 e foi criada no Complexo de Maré, uma das favelas no Rio de Janeiro. Os pais dela chamam-se Antônio da Silva Neto e Marinete Francisco. Aos 19 anos, tornou-se mãe de uma menina chamada Luyara Francisco dos Santos. No mesmo ano, Marielle Franco participou no Pré-Vestibular Comunitário da Maré; o exame ofereceu oportunidade aos jovens de classe baixa e trabalhadoras e tem como objetivo treiná-las a passar e ter acesso ao ensino superior. Graças a essa experiência, que tornou-se o ponto de viragem da vida de Marielle Franco, ela conseguiu passar a ser aluna no curso de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, recebendo bolsa de estudo integral para estudantes com menos condições económicas de favelas. A partir dali, Marielle Franco abriu porta para seu caminho académico. Depois de graduação, Marielle Franco frequentou o curso de mestrado em Administração pública na Universidade Federal

Fluminense (UFF); em 2014, concluiu o mestrado com a dissertação “UPP–A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro²⁰” Esta dissertação reflete os pensamentos teóricos políticos de Marielle Franco e suas preocupações de sobrevivências e direitos essenciais pelos moradores da favela. Na verdade, UPP é uma abreviação dum projeto de Unidade de Polícia Pacificadora e foi implementado nas zonas de favelas do Rio de Janeiro desde 2018. O programa tem como objetivo desarticular a criminalidade local e combater as atividades do tráfico de droga, estabelecendo policiais comunitários para garantir a segurança pública. No artigo, Marielle Franco analisou UPPs de perspectivas de segurança pública e tirou a conclusão de que a UPP reforçava o modelo de Estado Penal. (Franco 2018) No entanto, o programa foi bom, mas não funcionou como devia. A intervenção federal estava cada vez mais intensa e as pessoas faveladas sofreram mais com a chegada de policiais comunitários e foram sujeitos a muitos conflitos: “(...)os territórios em questão não são vistos como dos moradores, e sim como um território inimigo tomado pelo poder dos criminosos. Desta forma, também se reforça a concepção de guerra e se estimulam os conflitos constantes dos grupos criminosos, ao buscarem reocupar e controlar novamente tais territórios.” (Franco 2018, 47)

Além disso, ela apontou a violação dos direitos fundamentais como marcante no projeto e “desacatos, xingamentos, utilização de chaves-mestras sem mandado de busca e apreensão, agressões, abuso de autoridade” (Franco 2018, 94) eram denúncias que nunca faltavam durante o projeto, ela defendeu a redução de intervenção federal no território de favela. Numa entrevista realizada em 19 de Fevereiro de 2018²¹, Marielle Franco confirmou que tanques e intensos tiroteios entre traficantes e policiais eram rotineiros e recorrentes na porta e nos prédios na favela.

Ela também apontou na entrevista²² que os direitos humanos não foram considerados pelo governo e a democracia estava ameaçada, e havia mais resistência exigindo a retirada do poder. Na verdade, tal intervenção foi chamada de "licença de matar" da Polícia militar, e a ONG Anistia Internacional disparou um alerta a respeito dos homicídios fluminenses. Após a chegada de policiais comunitários, apareceram muitos casos de violação e desrespeito aos

²⁰ Franco M. 2018. UPP–A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro[J].

²¹ Youtube. “Marielle Franco Franco avisou: ‘democracia está ameaçada’ - Ponte Jornalismo” 2018. Disponível em <https://youtu.be/h9oC94oOAda> Acesso em dia 28 de maio de 2024.

²² Idem

direitos humanos, abuso de violência; homicídios e ataques pessoais eram marcantes na favela. Por isso, o lançamento das UPP recebeu muitas críticas e Marielle Franco Franco era uma das opositoras firmes contra a atuação de policiais na favela por "reforçar o modelo de Estado Penal" (Franco 2018).

A militância que a Marielle Franco praticou foi sempre na área de Direitos Humanos. Uma de suas amigas foi vítima de um confronto entre os traficantes e as polícias na favela da Maré. Infelizmente, a morte da amiga de Marielle Franco não foi o único caso, muitos moradores morreram de violência e de más situações na favela. A perda da amiga trouxe impacto imenso e muitas dores para Marielle Franco e levou a sua entrada na esfera política. (Rocha 2018, 276)

Marielle Franco iniciou sua carreira política em 2006 como assessora parlamentar do deputado Marcelo Freixo, com quem trabalhou por dez anos. Antes de ser deputado estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Freixo já era militante e ativista levantando a bandeira de Direitos Humanos, e também era coordenador da Comissão de Direitos Humanos. Ele defende direitos e combate violências contra pessoas mais vulneráveis como mulheres, negros, grupo LGBT e os idosos, o que está correspondente com a vocação de Marielle Franco. Marielle Franco também foi convidada a fazer parte da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Ela acompanhou muitos casos e investigações de violências e execuções policiais, prestando ajuda judiciária e psicológica aos familiares das vítimas. Depois de ter sido votada como vereadora em 2016, ela foi presidente da Comissão de Defesa das Mulheres na Câmara Municipal e continuou trabalhos de denúncias sobre violências policiais contra as mulheres nas favelas.

Após a tomada de posse e ocupar um lugar na esfera política, a guerreira feminista conseguiu transformar as teorias em atuação políticas, visando defender os direitos humanos das classes mais vulneráveis e promover a igualdade de gênero. Durante seu mandato como vereadora, elaborou e apresentou várias proposições e projetos de lei, que podem refletir seus pontos de vista políticos e deixar suas vozes serem ouvidas. Segundo Lopes, a aprovação de projeto de lei precisa ser analisada e votada. O erário municipal não é responsável pelo alto custo de técnico-jurídico dos PLs e normalmente são investidos pelos parlamentares, o que exige mais considerações antes de os vereadores iniciarem os PLs. (Lopes 2019, 44)

Como uma líder feminista negra no ambiente parlamentar dominado pelo machista, é mais difícil obter votantes para aprovação das pautas dela. Só dois dos projetos foram

aprovados e tornaram-se leis em vigor durante sua presença na Câmara Municipal. Uma delas é a **Lei Complementar nº181/2017, sobre** a regulação de moto-táxis para acomodar os moradores favelados e o outro **(PL 265/2017) Lei Das Casas De Parto**, dá para garantir os direitos de maternidade das mulheres via construção de mais casas de partos e hospitais. Outros cinco projetos de lei foram aprovados após a morte de Marielle Franco em 2018. A fim de homenagear a vereadora, os PLs apresentados por Marielle Franco foram votados novamente convocados pelo presidente da câmara do Rio de Janeiro Jorge Felipe. Esses projetos de lei são²³ : 1) **(PL17/2017) Espaço Coruja**. Eis uma proposta de acolher as crianças durante período noturno enquanto os pais podem continuar o estudo ou o trabalho. O programa ajuda muito especialmente para as famílias mais pobres e também contribui para a igualdade de gênero, porque sempre são as mães que desistem de outros papéis sociais e cuidam de seus filhos. 2) **(PL 417/2017) Assédio Não é passageiro**. É uma campanha educativa que tem como objetivo combater os assédios e violências contra as mulheres nos transportes públicos e também punir as empresas de autocarro que não cumprem a lei. 3) **(PL 103/2017) Dia de Thereza de Benguela no Dia da Mulher Negra**. É para adicionar o dia de Thereza de Benguela e o dia de Mulher Negra de dia 25 de julho no calendário oficial do Rio de Janeiro, a fim de lembrar a liderança feminista de quilombo colonial do Brasil. A celebração da data traz reflexão sobre combate de machismo e racismo. 4) **(PL 555/2017) Dossiê Mulher Carioca**. Segundo a lei, todas as formas de violência contra as mulheres devem ser recolhidas e analisadas nas áreas de saúde, assistência social e direitos humanos. Os dados de informação estão abertos a todos como a maneira de proteção das mulheres. 5) **(PL 515/2017) Efetivação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Mais uma lei dedica-se à garantia de direitos humanos**. A vereadora propôs a adoção de medidas socioeducativas para jovens que comete infrações leves ao invés de serem condenados à prisão, evitando o uso de violência e oferecendo oportunidades de entrar no mercado de trabalho.

De acordo com esses projetos de lei mencionados acima, podemos ver que as propostas que a Marielle Franco elaborou e apresentou à Câmara Municipal são

²³ G1 Rio, “Câmara do Rio aprova 5 projetos de lei da vereadora Marielle Franco em sessão extraordinária”, 2 de maio de 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/camara-do-rio-aprova-5-projetos-de-lei-da-vereadora-marielle-franco-em-sessao-extraordinaria.ghtml> Acesso em 29 de maio de 2024.

aproximadamente conectadas a suas trajetórias pessoais e sempre destinadas a defender direitos humanos e praticar suas pautas feministas. Como feminista a viver experiências interseccionais, ela compreendeu melhor as buscas e necessidades das camadas populares e classes vulneráveis e aproveitou o lugar de liderança política a reivindicar os direitos relevantes. A sua representatividade na política foi muito importante na reconstrução de papel feminino e é uma superação na experiência feminista.

2.1.2 Repercussões e revolta nacional e internacional após a morte de Marielle Franco

Os trabalhos e contributos que Marielle Franco fez por mulheres e moradores na favela da Maré durante sua carreira política são como um elemento importante no cenário político. No entanto, ela enfrentou muitas resistências na esfera pública. Para muitas pessoas da classe alta, é difícil e inaceitável ver a mulher negra, originária da favela, a discutir em voz alta sobre a igualdade de gênero na política e desafiar a estrutura machista. Sua postura desafiadora perante as formas de poder e corrupção incomodaram muito. Na noite do dia 14 de março em 2018, a vida da Marielle Franco foi assassinada quando voltava de um evento de *Jovens Negras Movendo²⁴ as Estruturas*. Naquele momento, estavam com ela o seu motorista Anderson Pedro Mathias Gomes e uma assessora. Os executores do crime dispararam vários tiros a eles, entre os quais quatro tiros atingiram Marielle Franco. Ela e o seu motorista morreram na flagrante, e a sua assessora foi ferida levemente pelos estilhaços e transportada para o hospital. A vereadora só tinha 38 anos quando foi assassinada.

Hoje, após mais ou menos seis anos de investigação, o caso de Marielle Franco finalmente ganhou alguns avanços. Segundo as varias reportagens²⁵, os dois executores já

²⁴ Marinatto, O globo, “Vereadora Marielle Franco é assassinada a tiros no Estácio”, em 19 de novembro de 2021. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/vereadora-marielle-franco-assassinada-tiros-no-estacio-22491063>. Acesso em 27 de maio de 2024.

²⁵ Agência do Globo, “Quem é quem no assassinato de Marielle Franco? Entenda o andamento do caso na Justiça”, 27 de março de 2024. Disponível em <https://exame.com/brasil/quem-e-quem-no-assassinato-de-marielle-franco-entenda-o-andamento-do-caso-na-justica/>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Gandra, Agência Brasil, “Saiba quem são os suspeitos de mandar executar Marielle Franco”, 24 de Março de 2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-03/saiba-quem-sao-os-suspeitos-de-mandar-executar-marielle-franco>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Nascimento, g1 Rio, “Quem são os suspeitos de mandar matar Marielle”, 24 de Março de 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/24/quem-sao-os-suspeitos-de-mandar-matar-marielle.ghtml>. Acesso em 27 de maio de 2024.

foram presos em 2019, um ano depois de assassinato de vereadora Marielle Franco. O autor dos disparos foi o ex-policia militar Ronnie Lessa e o Élcio de Queiroz, também foi o ex-policia militar, foi responsável por dirigir o veículo durante o atentado. De acordo com a delação de Ronnie Lessa, este ano de 2024, a Polícia Federal finalmente prendeu os mandatos de crime, que são políticos e policiais: o Domingos Brazão, atualmente o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ); e o seu irmão Chiquinho Brazão, deputado federal pelo União Brasil do Rio de Janeiro; o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa, por planejar o assassinato e atrapalhar a investigação. O relatório de Polícia Federal indicou as possíveis motivações como ter conflitos de interesses sobre milícias e grilagem de terras.

Marielle Franco lutou por sua carreira política a defender os direitos das mulheres e das pessoas negras até os últimos momentos da sua vida. Segundo as notícias da BBC Brasil,²⁶ algumas horas antes da morte da Marielle Franco, ela estava a fazer o debate sobre questões em relação ao ativismo e empreendedorismo na Casa das Pretas, no centro do Rio de Janeiro, o espaço coletivo das mulheres negras a fazer resistências e onde o evento de 21 dias de Ativismo Contra o Racismo tinha lugar.

“O mandato de uma mulher negra, favelada, periférica, precisa estar pautado junto aos movimentos sociais, junto à sociedade civil organizada, junto a quem está fazendo para nos fortalecer naquele lugar onde a gente objetivamente não se reconhece, não se encontra, não se vê. A negação é o que eles apresentam como nosso perfil.” (Mesquita 2018)

Santos, g1, “INFOGRÁFICO: Quem é quem na investigação do Caso Marielle”, 26 de Março de 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/26/infografico-quem-e-quem-na-investigacao-do-caso-marielle.ghtml>. Acesso em 27 de maio de 2024.

SIC Notícias, “Assassino revela quem o contratou para matar Marielle Franco”, 20 de Março de 2024. Disponível em <https://sicnoticias.pt/mundo/2024-03-20-Assassino-revela-quem-o-contratou-para-matar-Marielle-Franco-8a7f293a>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Pádua, exame. “Quem mandou matar Marielle Franco? Saiba o que a operação da PF aponta sobre o crime”, 24 de Março de 2024. Disponível em <https://exame.com/brasil/quem-mandou-matar-marielle-franco-saiba-o-que-a-operacao-da-pf-aponta-sobre-o-crime/>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Global, “O Estado brasileiro é o responsável pelo assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes”, 24 de Março de 2024. Disponível em <https://www.global.org.br/blog/o-estado-brasileiro-e-o-responsavel-pelo-assinatio-de-marielle-franco-e-anderson-gomes/>. Acesso em 27 de maio de 2024.

²⁶ Mesquita, BBC Brasil em Londres, “Os últimos momentos de Marielle Franco antes de ser morta com quatro tiros na cabeça”, 15 março 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43414709>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Na notícia de BBC Brasil acima, destacou-se a Marielle Franco e a importância da luta feminista para mulheres negras no debate. Na descrição deste último evento em que ela participou, Marielle Franco também expressou a felicidade de ver a maioria das participantes serem mulheres negras universitárias.

A luta feminista e as denúncias de violência policial e corrupção política custaram a vida de Marielle Franco. No artigo da Blogueira Feminista²⁷, a acusação é de que esta morte é um recado de políticas e polícias presentes na realidade carioca (e brasileira): “a mulher negra que saiu da favela para a Câmara Legislativa foi morta para intimidar quem discorda e denuncia o genocídio negro do Estado, quem luta por Direitos Humanos, quem acredita e luta por um mundo com menos desigualdade social.” Revela-se a necessidade de lutar contra policiais tradicionais. “A morte de Marielle Franco deixa transparente e cristalina a cara fascista da ditadura que governa o Brasil.” (Blogueira feminista, 2018) A morte dela ganhou muitos olhares e atenção nacional e internacional. As notícias de morte dela inundaram as redes sociais e uma comoção internacional se criou em torno desta perda. Mesmo que ela tenha sido morta, Marielle Franco foi considerada uma inspiração, a deixar um legado que nunca morre, suscitando muitas revoltas e encorajando mais mulheres negras a levantarem resistindo.

Os familiares dela também estabeleceram o Instituto Marielle Franco, a fim de apurar as verdades sobre o assassinato. Ao mesmo tempo, o Instituto, como o seu website²⁸ indica, tem como objetivo “inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, pessoas LGBTQIA + e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário.” Durante esses anos, o instituto organizou várias manifestações e eventos coletivos para espalhar os pensamentos políticos de Marielle Franco e denunciar os executores do caso dela. A existência de Instituto provou que a socióloga serve como luz a guiar as mulheres negras, inspirando os muitos afro-descendentes a levantar a bandeira e seguir a luta feminista.

Marielle Franco também é marcante por ser uma das grandes personalidades homossexuais na esfera política do Brasil. Para uma mulher negra, vinda da favela da Maré e

²⁷ Blogueiras Feministas, “Marielle Franco Franco, presente! Por ela e por todas nós”, 15 de março de 2018. Disponível em <https://blogueirasfeministas.com/2018/03/15/marielle-franco-presente-por-ela-e-por-todas-nos/> Acesso em 20 de maio de 2024.

²⁸ Instituto Marielle Franco, 2019. Disponível em <https://www.institutomariellefranco.org>.

lésbica, a liderança feminista de Marielle Franco carrega as características de interseccionalidade. Sendo mulher negra, não só enfrenta o sexismo, mas também o racismo na sua vida quotidiana. A luta feminista de Marielle Franco traz dinamismo para o movimento feminista do Brasil ao dar a voz por diferentes grupos de mulheres. A luta feminista não vai progredir sem reconhecimento de que nem todas feministas sejam iguais, ou da mesma classe. Por isso, os trabalhos dela na área política deram um impulso no movimento feminista.

Os impactos e repercussões que a Marielle Franco deixou após a sua morte tem impacto internacional, sendo que o crime não só é uma violação de direitos humanos, mas também é uma brecha da democracia brasileira. As notícias de seu assassinato tomaram as manchetes e foram amplamente disseminadas nos meios de comunicação no Brasil, despertando debates intensos não somente entre políticos e celebridades, mas também entre as pessoas comuns. Segundo reportagem de BBC BRASIL sobre o caso de Marielle Franco²⁹, os dados recolhidos pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV Dapp) mostrou que dentro de 19 horas depois de o acontecimento de caso de Marielle Franco, (a partir de 22hrs no dia 14 de março até 17hrs no dia seguinte), o caso tinha sido mencionado em Twitter por 567,1 mil vezes. E umas das top dez palavras mais mencionadas nas mensagens sobre Marielle Franco eram “negra” “mulher” “execução” “executada”. “É um dos maiores picos do ano sobre eventos relacionados à segurança.” Comentou a pesquisadora da FGV Ana Luísa Azevedo na entrevista à BBC BRASIL³⁰.

A morte de Marielle Franco também chocou outras nações internacionais e notícias relacionadas inundam os medias internacionais. Era evidente que o assunto ganhou muitos olhares fora do Brasil. Uma redação no dia 15 de março de 2018 no portal de Brasil de Fato³¹ reportou as repercussões deste caso nas imprensas dos outros países: na América Latina, uma rede de televisão multi-estatal, a Telesur, destacou que a Marielle Franco foi uma das forças importantes contra violação policiais nas favelas do Rio de Janeiro e o assassinato dela foi

²⁹ BBC Brasil, “Por que o assassinato de Marielle Franco virou palco de batalha ideológica nas redes” Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-43437479> Acesso em 20 de maio de 2024.

³⁰ BBC Brasil, “Por que o assassinato de Marielle Franco virou palco de batalha ideológica nas redes” Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-43437479> Acesso em 20 de maio de 2024.

³¹ Brasil de Fato, “Mídia internacional repercute assassinato de Marielle destacando sua luta política”, 15 de março de 2018. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/midia-internacional-repercute-assassinato-de-marielle-destacando-sua-luta-politica>. Acesso em 28 de maio de 2024

algo inesperado. Além disso, o destaque do caso de Marielle Franco também apareceu noutros media de notícias tais como o *Nodal* para América, *Notas Periodismo Popular*, *Marcha Notícias* e *Resume Latino americano* para Argentina, a *Colômbia Informa* do Colômbia e o *La Diaria* para Uruguai. O *Informador* do México e *La Nación* do Chile também espalharam a ideia de que a vereadora do Brasil foi executada por se opor à ocupação militar nas favelas. Nos Estados Unidos, *New York Times* e *Washington Post* avisaram a morte da vereadora brasileira não somente de forma escrita, mas também com fotos vivas sobre comoções dos brasileiros na flagrante. As atenções chegaram também até a Europa. Nas mediass de Espanha, *El País* e *El Confidencial* reportaram respetivamente com título “Comoção no Brasil pelo assassinato de Marielle Franco, vereadora e ativista do Rio” e “Jovem, negra e feminista: Marielle Franco, a vereadora assassinada no Rio de Janeiro”. Na Inglaterra, apareceu em *The Guardian* do inglês com “Marielle Franco, vereadora e crítica da polícia, morta a tiros em crime encomendado no Rio” e destacou na notícia de BBC por “Vereadora do Rio, Franco, morre em tiroteio” O *Rainews* dos italianos tituló o caso de Marielle Franco com “Ela lutou contra a violência policial nas Favelas: assassinada a ativista do Rio Marielle Franco”. Não sendo o último, jornalistas de *Le Figaro* e *Le Parisien* de França também prestaram atenção a este caso brasileiro e apresentaram textos nos portais notícias. Dessas reportagens, podemos ver que a repercussão da morte da Marielle Franco foi grande e muitas pessoas dos outros países também fazem luto por ela. O lugar social da Marielle Franco não só no Brasil, mas tem influências internacionais.

No entanto, a comoção mundial e debates intensos entre pessoas comuns também abriram portas para ataques, boatos e notícias falsas sobre Marielle Franco, essas mentiras visam distorcer a verdade e destruir a reputação da vereadora. Na página de Instituto Marielle Franco³² estão registados cinco boatos principais sobre ela que insinuam acusações tais como: “Marielle Franco era ex-mulher do traficante Marcinho VP”, “Marielle Franco foi eleita pelo Comando Vermelho”, “Marielle Franco era usuária de maconha”, “Marielle Franco engravidou aos 16 anos” e “Marielle Franco defendia bandidos”. (Instituto Marielle Franco 2019) Face a esta situação, para proteger a imagem de Marielle Franco, a família dela e o departamento jurídico do PSOL se esforçam para esclarecer e denunciar essas mentiras no site.

³² Instituto Marielle Franco, 2019, disponível em [https://www.institutoMarielleFrancofranco.org/verdade-sobre-Marielle Franco](https://www.institutoMarielleFrancofranco.org/verdade-sobre-Marielle-Franco). Acesso em 27 de maio de 2024.

As repercussões da morte de Marielle Franco não só ocorreram online, mas também nas ruas e espaços públicos do Brasil. Ações espontâneas como passeatas e manifestações foram organizadas e tinham lugares principalmente nas avenidas brasileiras, a fim de mostrar homenagem a Marielle Franco e disseminar os pensamentos feministas dela. Ao mesmo tempo, também tinham como objetivo denunciar os mandantes do assassinato pedindo a justiça. Uma das campanhas com mais voluntários a mostrar homenagem à vereadora e à Anderson aparece no website AMANHECER³³. Os participantes nacionais e internacionais foram chamados a saírem às 6hda manhã colorindo praças e conversando com as pessoas do mundo inteiro, eles organizaram a pressionar as autoridades relevantes a investigar a morte de Marielle Franco e Anderson e dar uma justiça. Os atos de AMANHECER tiveram lugar na América, Europa e até África, espalhados por mais de 10 países mundiais e mais de 10 estados dentro do Brasil. Eles enfeitaram as ruas e praças brasileiras com palavras de luta e cartazes de Marielle Franco com o objetivo de lembrar a Marielle Franco e acordar as pessoas sobre o feminismo e os direitos humanos que a vereadora estava a lutar.



³³ Brasil de Fato, “Amanhecer por Marielle Franco e Anderson acorda três continentes”, 2018. Disponível em <https://www.Marielle Francofranco.com.br/amanhecer>. Acesso em 27 de maio de 2024.

MAPA DAS AÇÕES DE AMANHECER

(Fonte: https://www.Marielle_Francofranco.com.br/amanhecer.)



Cartazes de mobilização

(Fonte: https://psol50.net.br/florescerporMarielle_Franco/eu-sou-porque-nos-somos/)

De acordo com as notícias, a OEA (A Organização dos Estados Americanos) e a ONU pressionaram e pediram ao Estado brasileiro para identificar quem devia ser responsável de forma com rapidez e transparência. De acordo com uma reportagem³⁴ publicada no dia 14 de

³⁴ Terra de Direitos, “Em comunicado, relatores da ONU defendem que assassinos de Marielle Franco sejam levados à justiça”, 14 de março de 2019. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/em-comunicado-reatores-da-onu-defendem-que-assassinos-de-marielle-franco-sejam-levdados-a-justica/23050>. Acesso em 28 de maio de 2024.

março em 2019, “Se o Estado não fizer justiça neste caso, enviará uma mensagem alarmante aos defensores de direitos humanos, em particular àqueles que enfrentam ameaças e ataques.” apontaram os relatores da ONU, e apelaram ainda que “O Brasil não deve seguir o caminho da impunidade.” Mesmo com tantas inundações e revoltas sobre a morte de Marielle Franco e seu motorista Anderson, o caso demorou muito a avançar na investigação.

Marielle Franco representou uma mulher que passou de área privada para a vida pública a ser dona do seu próprio corpo e seus direitos. Numa interpretação por boa parte dos movimentos de luta feminista e de igualdade racial, numa área liderada por homens brancos, ela foi assassinada por ocupar o lugar político importante não “adequada” por uma mulher negra, lésbica de favela, também por causa de resistir contra o conservadorismo social, a desigualdade de gênero, a violação de direitos humanos, a homofobia e também por aumentar a visibilidade sobre assuntos bastante sensíveis em termos de envolvimento criminoso de políticos. A presença dela na política era um grande desafio de estereótipos existentes e era um rompimento dos parâmetros normalizados brasileiros geralmente marcados pelo machismo e pelo patriarcalismo.

Como um legado no Rio de Janeiro, o Instituto Marielle Franco angariou fundos para estabelecer uma estátua dela na praça do centro da cidade, a fim de memorizar as lutas e conquistas da socióloga quando estava viva. Mas os legados invisíveis são mais preciosos. O caso de Marielle Franco inspirou muitas mulheres feministas a se candidatar a um lugar na política. Segundo Leda Antunes³⁵, o PSOL³⁶ elegeu quatro mulheres feministas negras que acompanhavam a Marielle Franco durante seu mandato de candidatas, elas são: Taliria Petrone, amiga da Marielle Franco, é feminista e vereadora em Niterói desde 2016, defende os direitos do aborto das mulheres e outras pautas de Marielle Franco. Renata Souza, foi ex-chefe de gabinete de Marielle Franco, mulher negra criada na favela de Maré, é eleita deputada estadual, na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Alerj. Mônica Francisco teve a experiência de ser cientista social, pastora evangélica e militante dos direitos civis por trinta anos e depois trabalhou com a Marielle Franco, foi assessora dela na Câmara Municipal do Rio. Dani Monteiro, jovem negra, é militar pelo direito à cidade e participante do

³⁵ Antunes, FEMININO EM DEBATE, “As sementes de Marielle Franco: Quem são as mulheres negras eleitas em 2018”, 11 de out. de 2018. Disponível em <https://www.femininoemdebate.com.br/post/as-sementes-de-marielle-franco-quem-sao-as-mulheres-negras-eleitas-em-2018>. Acesso em 27 de maio de 2024.

³⁶ PSOL é abreviatura de O Partido Socialismo e Liberdade. É um partido político brasileiro fundado em junho de 2004 e de extrema-esquerda.

Movimento Negro Unificado (MNU) e o coletivo RUA Juventude Anticapitalista. Elas são consideradas “sementes de Marielle Franco que brotaram pelo País.” (Antunes 2018) Ainda existem outras mulheres eleitas estadual e federal pelo Brasil. Entre elas, vale lembrar a Robeyoncé Lima, “mulher negra, transexual e a primeira advogada a ter o direito de usar o nome social na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do estado” (Antunes 2018) Érica Malunguinho da Silva, primeira mulher com mesma trans-nacionalidade a conquistar lugar importante na Assembleia Legislativa de São Paulo.

No entanto, a execução da resistência de Marielle Franco também aparece em ataques, comentários maldosos e até os discursos de ódio na Internet. A realidade da execução reafirma o poder conservador e machista marcante a tentar controlar os papéis femininos tanto no corpo como na sexualidade. Além disso, o assassinato de Marielle Franco mostra como na sociedade brasileira há ainda muita resistência em aceitar a mulher negra ocupar o lugar importante na. A igualdade de gênero leva tempo e tanto esforço.

2.2 Maria da Penha e a constituição da lei de combate à violência doméstica

Maria da Penha Maia Fernandes, natural de Fortaleza, nascida no dia 1 de fevereiro de 1945, é primogênita do dentista José da Penha Fernandes e da professora Maria Lery Maia Fernandes. Atualmente, é ativista de igualdade de gênero e líder da causa em defesa da dignidade e dos direitos das mulheres. O nome dela é emblemático e de sinônimo de combate de violência doméstica femininas. Desde pequena, ela é considerada carinhosa pelas pessoas do seu universo mais próximo e escolheu a área de estudos farmacêuticos a fim de ajudar os pacientes e minimizar as dores de pessoas. Ela fez licenciatura na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Ceará em 1966; em seguida, até 1977, ela continuou a frequentar o curso de mestrado em Parapsicologia em Análises Clínicas na Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo³⁷. Foi durante o curso de mestrado que Maria da Penha encontrou seu ex-marido, Marco Antonio Heredia Viveros, sendo que esta relação resultou mais à frente na tragédia de ser vítima do caso de violência doméstica.

³⁷ São Francisco do Sul, “LEI MARIA DA PENHA COMPLETA 15 ANOS NO DIA 07 DE AGOSTO”, em 6 de Agosto de 2021. Disponível em <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticia/8510/lei-maria-da-penha-completa-15-anos-no-dia-07-de-agosto>. Acesso em 26 de maio de 2024.

Marco Antonio Viveros era colombiano, e frequentou o curso de economia da mesma universidade. Numa comemoração de aniversário de amigos, eles conheceram-se e apaixonaram-se rapidamente, constituindo uma família em 1976. Segundo o relato feito por Maria da Penha, ela disse que o início da história eles estavam felizes com suas três filhas. Mas após uma mudança para Fortaleza, Marco, estabilizando-se profissional e economicamente, “virou outra pessoa”: “O companheiro, até então afável, transformou-se numa pessoa agressiva e intolerante, não só em relação a mim, mas também às próprias filhas.” (Fernandes 2012, 22) Desde então, as ações violentas intensificaram-se e aconteceram com mais frequência na rotina.

No entanto, Maria da Penha considerou que teve uma recaída, religando-se ao seu então marido, engravidou novamente. O seu marido, no entanto, não mudou o seu comportamento e continuou a ser violento. Em 28 de maio de 1983, quando Maria da Penha estava a dormir, o Marco tentou matá-la, ao atirar em suas costas, causando uma grande lesão medular, e que implicou duas cirurgias consecutivas para a Maria da Penha escapar à morte. Maria da Penha sofreu angústia física, psicológica e emocional, enquanto o Marco Viveros enganou a todos, quanto ao fato de tentativa de matá-la. O ex-marido defendeu que nunca agrediu a Maria da Penha e que ela foi baleada numa tentativa de assalto por outrem. Durante a recuperação da cirurgia, o ex-marido voltou a atuar de forma criminosa: cercou-a num cárcere privado por 15 dias e em seguida tentou matá-la pela segunda vez tentando eletrocutá-la enquanto ela estava a tomar banho.

Depois do acontecido, a Maria da Penha reconheceu finalmente a hipocrisia e crueldade do ex-marido, e com ajuda dos familiares e amigos, ela conseguiu recorrer a apoio jurídico. Com justificação legal por essa condição, Maria da Penha conseguiu “uma autorização judicial de separação de corpos” e pôde sair da casa sem correr o risco de “ser caracterizado um ‘abandono de lar’” e perder o direito à guarda das suas filhas. (Fernandes 2012, 71) A Maria da Penha buscou a sua liberdade com sucesso.

Infelizmente, levando em consideração que, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021³⁸, em 2020 foi registado 3919 casos de feminicídio no Brasil. O Brasil é posicionado o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

³⁸ Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>.

(ACNUDH) como estando no 5º lugar no Ranking mundial do Femicídio.³⁹ A busca de justiça pela violência de gênero no Brasil enfrenta dificuldades. No entanto, Maria da Penha persistiu e lutou por dezanove anos e seis meses para conseguir condenar o seu ex-marido. Em 1991, oito anos após o último crime, o primeiro julgamento de Marco Viveros foi realizado, no qual se demandava uma sentença de prisão de 15 anos. Mas ele saiu do fórum com liberdade por defesa de recursos. Depois, houve segundo julgamento em 1996 com sentença de dez anos e seis meses em prisão, mas a nova sentença falhou mais uma vez por causa de irregularidades processuais na defesa de advogados de Maria da Penha. Durante esse período, Maria da Penha lançou um livro com o título. *Sobrevivi... posso contar* (Fernandes 1994) a descrever sua própria história e denunciar as violências do agressor Marco Antônio. O livro, foi publicado em 1994 e o caso no tribunal em seguida ganharam a atenção internacional em 1998⁴⁰.

Com a ajuda do Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e do Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), Maria da Penha conseguiu pedir suporte para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA) sobre a negligência do poder jurídico brasileiro. (IMP 2009) Mesmo diante de acusações de violação de direitos humanos e sob pressão mundial, o poder judiciário em causa do Brasil manteve silêncio sem assumir qualquer responsabilidade. O ponto de viragem finalmente chegou em 2001. A CIDH/OEA (1998 a 2001) fez quatro apelos: 1. Efetuar da forma mais rápida e efetiva a condenação legal do Marco Antônio Herédio Viveros. 2. Os envolvidos que causaram a irregularidade e atraso do caso de Maria da Penha têm de assumir suas responsabilidades. 3. A vítima do caso Maria da Penha deve ser indenizada simbolicamente e substancialmente. 4. O poder jurídico brasileiro necessita de uma reforma profunda e deve agir com intolerância sobre as violências doméstica contra as mulheres. Sendo assim, na IMP disse “O Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras.” (IMP 2009) Como resultado, o agressor Marco Antônio foi preso no dia

³⁹ Afirmativa, “Luta contra a Violência à Mulher: Brasil ocupa o 5º lugar no Ranking mundial do Femicídio”, 11 de out. de 2021. Disponível em <https://revistaafirmativa.com.br/luta-contr-a-violencia-a-mulher-brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-ranking-mundial-do-femicidio/>. Acesso em 27 de maio de 2024.

⁴⁰ IMP (Instituto Maria da Penha), 2009. Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>.

28 de outubro de 2002, mas só foi condenado a dois anos de prisão, e já estava liberdade em 2004.

Em 2009, foi fundado o Instituto Maria da Penha, com sede em Fortaleza, estado do Ceará e representação em Recife, estado de Pernambuco, uma organização não governamental sem fins lucrativos. O IMP organiza atividades visando estimular o uso a da lei, assim como monitor e implementar políticas públicas e práticas que eliminem a violência doméstica. Assim, o nome Maria da Penha é reconhecido no Brasil por sua luta contínua por reivindicações dos direitos humanos das mulheres e no combate de violência doméstica contra as mulheres. Sua defesa resultou na promulgação de uma lei que visou proteger as mulheres na família e contribuiu muito para a igualdade de gênero no Brasil.

2.2.2 A Lei Maria da Penha

Infelizmente, o caso de Maria da Penha não é um caso isolado e único no Brasil; segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021⁴¹, em 2020 o Brasil registou 694.131 chamadas 190 sobre violências domésticas. Sendo assim, muitas mulheres sofrem violências domésticas e familiares e são vítimas de desigualdade de gênero na sociedade brasileira, com grande impunidade dos agressores de violência e uma negligência no apoio às vítimas femininas. Com o caso de Maria da Penha ganhando olhares internacionais, o Brasil foi impulsionado a tomar essa responsabilidade de prestar mais suportes e medidas legais para as vítimas a fim de reivindicar e salvaguardar os direitos humanos das mulheres que sofrem. Assim, em 2002, diversas entidades, associações e organizações não-governamentais relevantes, tais como o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Advocacia Cidadã pelos Direitos Humanos (ADVOCACI); Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE); Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA); Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM/BR); e Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero (THEMIS), juntaram-se a elaborar uma proposta para combate a violência doméstica contra as mulheres, e que foi submetida à apreciação do governo. (IMP 2009)

⁴¹ Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>.

Depois de uma longa discussão, debate e reformulação efetuados por um grupo de trabalho interministerial, o projeto de lei nº 4.559/2004⁴² foi finalmente aprovado por unanimidade no congresso nacional. No dia 8 de agosto em 2006, a Lei n.º 11.340 foi oficialmente sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A lei leva o nome de Maria da Penha, e está dedicada a proteger e apoiar todas as mulheres e tem as novas características e novas inovações “Criação normativa da categoria ‘violência de gênero e Redefinição da expressão ‘vítima’.” (Campos&Carvalho 2011, 145-146) A violação doméstica e familiar não somente danifica a saúde física das mulheres mas também relaciona-se com a dimensão psicológica, moral, sexual e patrimonial, tais como redução de autoestima, o abuso sexual e quaisquer atos de retenção e destruição de recursos económicos das mulheres.

Esta conceção de violência doméstica também indica que, muitas vezes, as mulheres não têm a consciência de que estão mesmo a sofrer a violação. Vale a pena lembrar aqui o ciclo de violência que os agressores cometem e que se repete. (IMP 2009) Esta interpretação foi primeiramente identificada pela psicóloga norte-americana Lenore Walker, pode ser encontrada no material de divulgação do IMP: Na primeira frase, os agressores ficam com raiva e irritados facilmente com as coisas pequenas da vida enquanto que as mulheres sempre tentam evitar provocar os aflitos na família e ficam com medo, ansiedade e tristeza. As mulheres ainda vão criar pretextos por homens a justificar suas ações violentas.

No entanto, a condição acontece com mais frequência e vai fácil levar à segunda fase. Nesta, o agressor perde facilmente o controle e os atos de violências intensificam-se, destruindo totalmente as relações. As mulheres podem sofrer grandes sentimentos negativos e problemas psicológicos tais como dores, ansiedade e ódio, etc. Nesta fase, suas reações frente às agressões normalmente são recorrer aos amigos e familiares ou denunciar os atos violentos. No entanto, algumas mulheres mais vulneráveis podem perder confiança, esconder em casa e até fazer suicídios. A terceira fase também foi chamada “lua de mel”, o agressor mostra arrependimentos e culpa pelos atos violentos e promete que “vai mudar”. A vítima sempre tem a tendência de perdoar por pressão social, especialmente nos casos em que o casal tenha filhos. No entanto, como está explicado no anterior, o agressor não muda nada e volta e repete a primeira fase brevemente.

⁴² Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=272058>

É muito importante que as mulheres quebrem este ciclo de violência, pois com o passar do tempo fases se repetem, e é possível resultar em crimes mais graves tais como feminicídio, como o caso de Maria da Penha. Por isso, a lei Maria da Penha é indispensável para dar suporte às vítimas a sair deste ciclo de violência. Por um lado, a lei prolonga a pena de prisão dos agressores e evita as punições de substituição tais como cesta básica ou pagar as multas. Por outro lado, tem “Inovação nas medidas cautelares de proteção” (Campos&Carvalho 2011, 148). A lei presta medidas protetivas, como encaminhar imediatamente as vítimas e seus filhos nas condições de sofrimento de violência e oferecer ajudas sociais e econômicas se for o caso de ser dependente do agressor. A Lei Maria da Penha realmente se torna uma arma mais forte contra violência doméstica e familiar sobre as mulheres no Brasil.

Mesmo que a Lei Maria da Penha seja um grande avanço e uma inovação na garantia de direitos femininos e nas relações de gênero, a rede de atendimento a mulheres em situação de violência a cumprir a Lei Maria da Penha ainda tem dificuldade na implementação na prática e desafios a realizar os objetivos iniciais. Antes de tudo, é preciso conhecer esta rede de serviços para as mulheres em situação de violências, que está composta por ações e serviços de diferentes sectores do Brasil.



De acordo com a foto indicada na *Rede de apoio às mulheres em situação de violência doméstica da UFSC*⁴³ Em 2022, a rede de atendimento abrange abrangente as áreas assistência social, justiça, segurança política e saúde. A rede não especializada sobre a violência doméstica presta ajuda mais geral e está vinculada com centro de Referência de Assistência Social (CRAS), serviço de abrigamento/acolhimento, Defensaria pública, Ministério Público, Juizado Criminal Crível, Posto de atendimento humanizado nos aeroportos(tráfico de pessoas), Publica rodoviária Federal, Instituto Médico Legal, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia militar, Bombeiros, Hospitais Gerais, Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde. Quanto à rede especializada, ela oferece assistência direta às vítimas de violência doméstica e está construída por entidades tais como: Casa Abrigo, Centro de Referência Especializado de Serviço Social (CREAS), Juizados especializados, Promotorias especializadas, Defensarias especializadas, Núcleo/Posto/ Seção de Atendimento à Mulher, Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), Serviço de atenção as pessoas em situação de violência sexual. Inclui também a Ouvidoria, o Núcleo da Mulher (Casa do migrante), o Centro de Referência de Atendimento as Mulheres e o Ligue 180.

Apesar de tantos esforços e grandes avanços da Lei Maria da Penha para criar esta rede de atendimentos dedicada às mulheres brasileiras, os obstáculos das mulheres em situação de violência ainda estão muito presentes. De acordo com o relatório de pesquisa realizado pela CEPIA- Cidadania, Estudos, Pesquisa sobre a aplicação de Lei Maria da Penha em 2013 (Barsted& PItanguy 2013), o primeiro obstáculo mais óbvio fica na geografia brasileira: as mulheres nos municípios menores e mais interiores têm menos acessos para esta rede por causa do afastamento na localização. A maioria dos recursos humanos e financeiros está concentrada nas capitais e regiões metropolitanas brasileiras, enquanto os bairros mais rurais e afastados sofrem da ausência de recursos. A maioria da infraestrutura e fóruns de atendimento tais como DEAMS e Defensarias Públicas para as mulheres está instalada em regiões centrais, em grandes vias e com acesso por transporte público, nesse caso, a falta de condição financeira pode impedir a deslocalização na busca de serviços para as mulheres que moram na margem. (Barsted& PItanguy 2013, 62-63)

⁴³ UFSC, “Rede de apoio às mulheres em situação de violência doméstica”, 2022. Disponível em [CARTILHA_ViolenciaMulheres_V2-1.pdf\(ufsc.br\)](#) A CITAÇÃO NÃO É ASSIM Acesso em 27 de maio de 2024.

Mesmo que os institutos ou organizações de serviços localizem-se no mesmo bairro ou até mesmo nos prédios da unidade superior, tais como as delegacias e os serviços médico-legais, a falta de comunicação e de troca de informações está muito presente; ou seja, os serviços de diferentes departamentos estão separados e não articulam se um a outros. Isso faz com que as mulheres vitimadas pela violência tenham menos acesso a esses serviços. Além das deficiências apresentadas em cima, infelizmente, muitas mulheres brasileiras são também vítimas de violências institucionais. Quando elas recorrem às instituições relevantes que deveriam dar suporte e acolhimento, elas muitas vezes não são respeitadas e tratadas adequadamente, sobretudo nas DEAMS. E os motivos podem ser vários: a falta de recursos pode impedir os órgãos a cumprir suas atribuições, especialmente os recursos humanos. De acordo com as pesquisas pela CEPIA, “Quando se trata de estrutura dos serviços, as principais deficiências recaem sobre os recursos humanos muitas vezes incompatíveis com o volume de procedimentos que precisam ser administrados” (Barsted&Pitanguy 2013, 64) As equipes profissionais de atendimento também funcionam com o número reduzido. Neste relatório, os pesquisadores ainda apontaram “A falta de capacitação específica sobre os temas de violência e gênero” (Barsted&Pitanguy 2013, 64) como outro motivo. Para esta situação, Maria da Penha defendeu, numa entrevista apresentada no Instituto de Maria da Penha que “a maior necessidade é a capacitação dos profissionais da segurança pública, principalmente daqueles que são responsáveis pelo atendimento à mulher, pois eles devem atuar de acordo com o que é previsto em lei, e não conforme as suas motivações pessoais, que muitas vezes são machistas e vitimizam outra vez a mulher.” (IMP 2009)

2.2.3 Repercussões após implementação de Lei e os significados

§A promulgação e aplicação de Lei Maria da Penha é um grande marco para a causa feminista no Brasil. Após sua implementação desde 2006, mesmo que ainda existam defeitos e deficiências, as redes de serviços para atendimento às mulheres em situação de violência vêm melhorando e se reforçando. Passo a passo, mais obstáculos que impedem as mulheres de ter acesso à assistência de lei estão a ser removidos. Mais esforços são aplicados para informar as mulheres sobre as violências e suas características, bem como sobre os meios de denunciar e onde buscar ajuda no caso de sofrimento. Sob o impacto da Lei Maria da Penha, consciências femininas sobre a violência doméstica estão cada vez mais a aumentar e mais mulheres em situação de violência doméstica levantarem-se a denunciar e resistir às agressões.

De acordo com uma reportagem em novembro de 2019,⁴⁴ durante o período de 2009-2018, 129.575 denúncias de violência doméstica foram registradas nas delegacias do Distrito Federal, crescendo 62%. Por um lado, este número de registro mostra que o machismo ainda está muito presente na sociedade brasileira e muitas mulheres estão a sofrer tal violência doméstica. Por outro lado, podemos ver que as agressões estão cada vez mais visíveis e expostas e mais mulheres tendem a ter coragem de denunciar as agressões e buscar os suportes da Lei Maria da Penha, o que é um lado bastante positivo e boa repercussão.

A Lei provou que, mesmo ainda com deficiências, tem efetividade na proteção e garantia de direitos humanos femininas, como confirma Barsted:

“A Lei Maria da Penha – Lei 11.340/2006 –, para além de seus efeitos legais, representa o resultado de uma bem-sucedida ação de suporte advocacy feminista voltada para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra as mulheres e para a compreensão de que as mulheres têm o direito a uma vida sem violência.” (Barsted 2011, 15)

A Lei é não só um fruto de luta feminista, mas, ao mesmo tempo, a sua aprovação promoveu também a causa feminista. Segundo Barsted, A Lei Maria da Penha pode expressar uma cidadania ativa das feministas nos discursos e na atuação na esfera pública e reforçar os poderes legislativo e executivo das feministas, tendo como objetivo promover a igualdade de género e reduzir os fatores vulneráveis na sociedade, enfatizando a necessidade de políticas públicas articuladas. (Barsted 2011, 15-17)

Maria da Penha, como papel decisivo para a ferramenta legislativa no combate à violação contra todas as mulheres, continua atuante na luta pela igualdade de género no IMP.

⁴⁴ G1 DF, “Lei Maria da Penha: DF recebeu 129 mil denúncias de violência doméstica nos últimos dez anos”, 19 de novembro de 2019. Disponível em [Lei Maria da Penha: DF recebeu 129 mil denúncias de violência doméstica nos últimos dez anos | Distrito Federal | G1 \(globo.com\) REVER A FORMA DE CITAR](#) Acesso em 28 de maio de 2024.

2.3 Jandira Feghali e a atuação feminista

Jandira Feghali nasceu na cidade de Curitiba no dia 17 de maio de 1957. É uma mulher que tem grande atuação na área de saúde como médica cardiopediatra, e militante nos movimentos feministas. Foi deputada estadual no Rio de Janeiro e desempenhou bem na área política. Jandira Feghali começou a fazer parte do Partido Comunista do Brasil⁴⁵ e ocupou lugar central em 1981 e o partido naquela altura ainda estava na clandestinidade. Dois anos mais tarde, atuou no lugar de presidente da Associação Nacional dos Médicos Residentes, participando no movimento sindical. Durante 1984-1986, mudou o cargo para fazer liderança no Sindicato dos Médicos. Em 1986, participou na eleição estadual do Rio de Janeiro e conseguiu a posse de deputado estadual com mais votos e permaneceu no seu mandato até 1991, que desde então ficou mais marcante na sua carreira política. Foi eleita deputada federal em 1990 pelo mesmo estado e conseguiu o mandato consecutivo até a atualidade. Ela tinha duas experiências enquanto candidata à prefeitura no Rio de Janeiro, mas foi derrotada. A primeira vez foi em 2008 com o quarto lugar, mas após esta eleição ela tomou o cargo de secretária de Cultura no município de Rio de Janeiro. Oito anos depois, ela tentou a candidatura à prefeitura do mesmo município, mas não obteve sucesso novamente. Mas ela tem conquistado lugares importantes na câmara, normalmente são ocupados pelos homens; e foi a primeira mulher que presidiu a Comissão de Cultura da Câmara de Deputados do Estado do Rio de Janeiro.

Durante seu mandato na câmara municipal, Jandira Feghali dedicou-se principalmente aos direitos humanos e focou na área de saúde pública, educação universal e o desenvolvimento na área naval do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, como feminista, tem lutado pela mais igualdade e mais reivindicações para as mulheres, combatendo o machismo, reacionarismo e a violência social brasileira. Ela foi autora da Lei no 10.223/2001⁴⁶ que beneficiou mulheres brasileiras após o tratamento de mastectomia por câncer, concedendo o direito de reparação e reconstrução das mamas por planos e seguros privados. Esta obrigatoriedade nos planos de saúde não se relaciona somente à estética, mas garante

⁴⁵ O Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado em 18 de fevereiro de 1962, é um partido político de esquerda.

⁴⁶ Agência Senado, “Aprovado projeto que obriga plano de saúde a realizar cirurgia reparadora de mama”, em 18 de abril de 2001. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2001/04/18/aprovado-projeto-que-obriga-plano-de-saude-a-realizar-cirurgia-reparadora-de-mama> Acesso em 28 de maio de 2024.

também o bem-estar feminino, através da manutenção da autoestima corporal, e favorece a saúde psicológica para essas pacientes de cancro.

Além disso, Jandira Feghali foi grande apoiante e relatora da Lei Maria da Penha que está destinada a combater a violência na sexualidade. Foi Jandira Feghali que construiu a redação final na câmara e apresentou o projeto ao parlamentar. Para a melhor reportagem do projeto de lei, a Jandira Feghali participou das audiências públicas e ouviu as mulheres em situação de violência sobre as histórias e suas ideias pessoais para perceber melhor suas experiências mais proximamente. (Feghali 2007) Os esforços de Jandira Feghali foram indispensáveis para a aprovação da Lei.

Durante sua presença como deputada, suas trajetórias estão sempre na luta de direitos humanos. Ela desenvolveu o setor naval no Rio de Janeiro, através da participação no movimento sindical e lutando pela classe de trabalhadores neste sector. Ela também defendeu os direitos essenciais na área de saúde pública e tentou garantir aos cidadãos fluminenses os direitos de receber educação de forma gratuita e universal. Através dos seus esforços, mais de cem projetos de lei e emendas constitucionais de várias áreas foram apresentados, relatados e aprovados. Jandira Feghali é uma feminista e deputada ambiciosa e dedicada a sua causa feminista e parlamentar, quem desempenha um papel importante na Câmara dos Deputados a reivindicar mais direitos das mulheres na esfera política. Ela foi considerada uma boa representação feminista. imprescindível no câmara federal a evocar pelos femininos na esfera política. Ela representa um orgulho e esperança de todas as mulheres brasileiras.

2.3.2 Relatora de Lei Maria da Penha

Jandira Feghali foi indicada a relatar o projeto de Lei Maria da Penha. Segundo uma postagem no Facebook da própria deputada⁴⁷, para ela, era uma honra ser relatora desta Lei Maria da Penha e durante este processo suas convicções feministas foram reforçadas. “Muitas vidas de mulheres têm sido perdidas, então eu faria a Lei Maria da Penha como um primeiro

⁴⁷ Feghali, Facebook, 31 de março de 2017. Disponível em https://www.facebook.com/sigajandira2/photos/eu-sou-jandira-feghalisou-a-soma-das-mulheres-que-vieram-antes-de-mim-e-da-nova-/1526803674020956/?locale=pt_BR

ato fundamental em relação às mulheres” disse Jandira Feghali⁴⁸. Ela fez todos os esforços e contribuições para que a Lei pudesse ser aprovada.

A aprovação de projeto de Lei Maria da Penha no parlamentar nunca foi um processo fácil, especialmente porque a representação feminista parlamentar era muito pouco e falta de legislação brasileira sobre o tema em relação às mulheres. A violência doméstica foi considerada uma questão privada e ganhou pouca atenção na legislação. Segundo Myllena Calazans e Iáris Cortes, “a violência doméstica continuaria menosprezada e tratada como uma simples” briguinha de casal, em que ninguém deveria pôr a colher, e as penas continuariam a ser cestas básicas ou trabalho comunitário.” (Calazans&Cortes 2011, 41) Neste contexto, Jandira Feghali apresentou o projeto de Lei 2372/2000, tentando aliviar o problema de violência doméstica no Brasil. O PL visou aplicar a medida cautelar por afastar o agressor da casa, a desobediência do agressor seria considerada como crime. Mesmo que o PL de Jandira Feghali foi vetado totalmente pelo Presidente da República e ele no fundo não conseguiu resolver os problemas de violências domésticas nem proteger as vítimas. Este projeto de Lei foi uma esperança na esfera legislativa para tratar a violência doméstica e era mais uma tentativa de movimento feministas no congresso nacional.

Foram muitos os esforços e debates para elaborar o projeto de lei, e finalmente recebeu o número 4559/2004, após a apresentação no Plenário da Câmara dos Deputados no dia 3 de dezembro de 2004. No dia 15 de fevereiro do ano seguinte, a proposta chegou na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados a ser analisada, nesta altura, deputada Jandira Feghali, a acompanhar todo o processo.

Ela foi designada como relatora de lei e depois foi convidada pelo consórcio e outras instituições feministas a participar numa reunião. A reunião teve como objetivo elaborar os trabalhos para apoiá-la na aprovação da lei. Quando era relatora da Lei, em vez de avançar diretamente neste projeto de Lei para votar, a deputada quis que a lei fosse debatida e ganhasse mais atenções da sociedade. Sob sugestão de Jandira Feghali, mais debates e audiências em relação a violências domésticas tiveram lugar em diversos estados do Brasil. (Calazans&Cortes 2011, 49) Ela também participou das audiências públicas por todos estados do Brasil onde ouviu relatos sobre sofrimentos femininos de violências domésticas com diferentes realidades. A participação fez com que ela reconhecesse melhor este problema

⁴⁸ Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/contravio%C3%Aancia-e-contra-o-femic%C3%ADdio/2510406099202590/>

social de violência doméstica e se sentiu mais necessário e urgente promulgar-se a lei. Os debates também atraíram outras organizações e partidos relevantes que tivessem interesses neste tema. Desta forma, a participação foi amplificada e a lei foi enriquecida, o que foi considerado necessário para a aprovação da lei e a aplicação de lei posteriormente de forma mais ampla.

No dia 23 de agosto de 2005, Jandira Feghali apresentou o projeto de Lei com suas reivindicações, que foi encaminhado para ser debatido na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados. E depois, a lei passou o longo tempo sendo discutida e sofreu alterações necessárias, durante este processo. Jandira Feghali esteve presente e participou ativamente na discussão para lutar pela aprovação da Lei. Com todos os esforços, a Lei finalmente foi aprovada oficialmente em agosto de 2006. Como deputada que ocupa lugar no parlamento e relatora responsável por relatar a lei contra violências domésticas e defender os direitos das mulheres, Jandira Feghali desempenhou o papel indispensável para a aprovação da Lei. Os esforços dela fazem com que mais mulheres brasileiras possam ser protegidas por lei.

A presença de Jandira Feghali na esfera política mostra como as mulheres brasileiras estão cada vez mais presentes na sociedade e até vão ocupando os lugares de atividades profissionais que antigamente eram limitados aos homens, os direitos essenciais sociais e de cidadania das mulheres ainda ficam a ser reconhecidos, especialmente nos espaços privados. A família patriarcal continua a ter impacto. Antes da promulgação da lei, quando mulheres brasileiras sofriam violência doméstica impunidades dos agressores uma normalidade. Segundo os dados recolhidos por Feghali, apenas 2% dos agressores de violências domésticas contra mulheres receberam punições adequadamente, e a cada cem casos de feminicídios, até setenta vítimas perderam vidas nas violências domésticas. (Feghali 2007, 91). Já os dados solicitados por Jandira Feghali da Secretaria de Políticas após a promulgação das leis mostraram que, um ano depois da sua aplicação, mais mulheres brasileiras têm recorrido à rede de atendimento às mulheres e a rede tem sido cada vez mais aperfeiçoada. (Feghali 2007). Com um slogan, “Dois pontos no rosto, Quatro pontos na mão, Três pontos na perna, Vários pontos na alma, Um ponto final.” (Feghali 2007, 96) Jandira Feghali sintetiza a avaliação que fez deste processo de luta feminista.

Face ao exposto, as três personagens acima apresentam diferentes formas de liderança feminista e da força feminina na esfera política. Marielle Franco Franco defendeu os direitos das mulheres negras faveladas; Maria da Penha abriu o caminho, com a sua própria experiência pessoal, para as vítimas de violência doméstica ao recorrer a ajuda, e mais tarde organizar as formas de auxílio a estas vítimas. Jandira Feghali, aproveitou seu cargo de deputada, apresentando e ajudando a aprovação de leis que favorecem os direitos às mulheres. Elas mostram o processo no qual as mulheres vêm quebrando a imagem tradicional e reconstruindo o novo papel. Neste novo papel, as mulheres lutam pela quebra da subordinação gênero. Além disso, o caso de Marielle Franco faz nos pensar o feminismo de perspectiva interseccional, uma experiência na qual muitas mulheres estão a sofrer ao mesmo tempo opressões de raça, gênero e classe social. Porém, os exemplos dessas mulheres verificam que luta feminista ainda tem muito a fazer. A liderança das mulheres na política encara obstáculos acionados pelo patriarcalismo e pelo machismo. O assassinato de Marielle Franco Franco, a dificuldade de Maria da Penha na busca de justiça a condenar seu marido sobre violência doméstica, e os desafios sofridos da Jandira Feghali no na Câmara dos Deputados, todos esses significam que é preciso mais esforços e luta para criar a sociedade mais igual no gênero.

Capítulo 3

3. A análise de liderança feminina religiosa no Brasil

O catolicismo foi a religião oficial do Brasil até à última década do século XIX. Sempre manteve a sua ascendência nos corações e nas mentes, tanto dos governantes quanto da população brasileira. Na década de 1990, o Brasil era reconhecido como o maior país católico do mundo (Birman&Leite 2000, 271). No entanto, a partir de 1980, a percentagem de católicos diminuiu, embora não muito. Como se pode observar na seguinte tabela, a percentagem em 1980 era de 89%, em 1991 diminuiu para 83,7% e, em 2000, era de 73,9%. Em números absolutos, os crentes na fé católica aumentaram de 121,8 milhões, em 1991, para 125 milhões em 2000. Pelo contrário, a percentagem dos evangélicos e ateus aumentou. O aumento não é óbvio para as outras religiões, tais como espiritismo, religiões afro-brasileiras, judaísmo, islamismo, entre outras.

Anos	População	Católicos	Evangélicos de missão	Evangélicos pentecostais	Outras religiões	Sem religião
1970	93.470.306	85.775.047 91,08%	4.833.196 5,2%		2.157.229 2,5%	704.924 0,8%
1980	119.099.778	105.860.063 89,0%	4.022.330 3,4%	3.863.320 3,2%	3.310.980 3,1%	1.953.085 1,6%
1991	146.814.061	122.365.302 83,3%	4.388.165 3,0%	8.768.929 6,0%	4.345.588 3,6%	6.946.077 4,7%
2000	169.870.803	125.517.222 73,9%	8.477.068 5,0%	17.975.106 10,6%	5.409.218 3,2%	12.492.189 7,4%

Tabela 1 – Dados Gerais sobre as religiões no Brasil (Fonte: Censo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000)

O catolicismo tem uma diminuição na percentagem, considerando que muitos imigrantes católicos entraram no Brasil; por outro lado, a igreja católica respondeu ao este fenómeno demográfico de forma lenta e insuficiente. Como tal, podemos afirmar que o Brasil apresenta um processo de diversificação religiosa (Antoniazzi 2004).

A representação feminina sempre teve uma conotação negativa, desde a tradição judaico-cristã. Eva foi culpada pela introdução no mundo dos pecados originais terríveis. As mulheres

foram consideradas uma ameaça para o magistério nas igrejas cristãs católicas. Assim, as mulheres foram marginalizadas e subordinadas. Na hierarquia do catolicismo, os homens foram associados ao superior, e as mulheres ao inferior. A representação masculina lidera neste contexto, ou seja, isso reprimiu o empoderamento das mulheres. Tal como afirma Carla Caminha

“Não é exagero dizer que os apóstolos disputaram arduamente a posse da autoridade na comunidade cristã. E nessa disputa as mulheres foram prejudicadas, inclusive pelo momento histórico em que viviam, sendo alijadas do poder – era considerado heresia concedê-lo às mulheres. E a atitude misógina de Pedro, afirmada pelos apócrifos, só fomentou ainda mais essa disputa política pelo poder eclesial.” (Caminha 2006, 9)

Na religião do catolicismo, os cargos de liderança foram ocupados pelos homens, enquanto que a liderança feminina dedicou-se a áreas menos relevantes e não ocupadas pelos elementos masculinos. De facto, a existência de liderança feminina no catolicismo não foi para dar reputação e *status* às mulheres (Caminha 2006, 11).

As religiões afro-brasileiras no Brasil mudaram este paradigma, já que a centralidade das mulheres no universo religioso é deveras relevante. Podemos observar tal facto no panorama de Candomblé e, posteriormente, na Umbanda. De seguida, tendo em vista a exploração do presente tema, apresentam-se estudos de casos que mostram como as mulheres negras assumem um lugar de destaque na religião de Candomblé.

3.1 Panorama de religião do Candomblé

3.1.1 Introdução ao Candomblé

Durante o século XIX, o Candomblé formou-se como uma religião afro-brasileira, que chegou ao Brasil através de escravos oriundos do continente africano, que se fixaram sobretudo na região da Bahia. Assistiu-se, assim, à mistura de religiões africanas ocidentais

provenientes dos grupos iorubás, fons e bantus, e outras. Neste contexto, os vários templos e as diferentes tradições do Candomblé agrupam-se em nações. Cada nação corresponde a um diferente grupo linguístico e pratica diferentes léxicos, cantos e culto às diferentes divindades. Uma das mais conhecidas pelo público é a nação *ketu* e a língua *iorubá*. Na mitologia africana, os adeptos prestam homenagem aos Orixás. Os Orixas são divindades que receberam a responsabilidade, através do ser supremo Olodumare ou Olorum, de comandar o mundo, sendo que cada um representa o elemento e as forças da natureza. Os Orixás são deuses que podem incorporar nos participantes mais experientes, durante a prática dos cultos da religião e, por isso, são a base das religiões afro-brasileiras. Os Orixás são vários e têm personalidades humanas, virtudes e defeitos diferentes. Existem mais de 400 Orixás na matriz africana, mas só alguns deles são famosos e cultuados pelos adeptos da religião (Silva n.d., 20). As casas e os terreiros de Candomblé são os lugares onde os cerimoniais e os rituais são realizados. As festas e cerimónias são designadas por “toques” e quem organiza e lidera a celebração do ritual são “Pais de santo” ou “Mães de santo”. Para a incorporação dos Orixás, segundo Sílvia Campolim,

“Ao som do canto e da batida dos atabaques, cada integrante da roda entra em transe. O corpo estremece em convulsão, às vezes suavemente, outras vezes com violência. Agora, os filhos ‘incorporam’ os orixás e dançam até que o pai-de-santo autorize, com um aceno, sua saída, para serem arrumados pelas camareiras, chamadas “equedes”. Logo depois, eles voltam ao barracão, vestindo roupas, colares e enfeites típicos de seu santo. Ao ouvir o seu cântico, cada um começa a dançar sozinho uma coreografia que conta a origem do Orixá “incorporado.” (Campolim 1994)

3.1.2 A origem da Umbanda

A Umbanda apareceu nas primeiras décadas do século XX, nasceu e cresceu no Brasil baseada na tradição das práticas bantas do Candomblé, em junção com a influência do Espiritismo, o Kardecismo da Europa e o Catolicismo. Preservou algumas características de Candomblé, mas também tem o sincretismo das influências locais, tais como o culto aos caboclos, aos santos católicos, entre outros. Mas a Umbanda pode ser divulgada e aceita pelas classes sociais mais elevadas da população por aliar uma estrutura geral de organização e de

burocratização e também uma filosofia mais científica oriundo do espiritismo. O espiritismo oferece explicações científicas em estudos de fenômenos sobrenaturais para a Umbanda e legitima a baixa de Orixás e espíritos. Deste modo, retirou os elementos considerados mais bárbaros e primitivos da cultura africana e do Candomblé, tais como o sacrifício de animais durante o ritual, colocando um discurso mais racional (Silva n.d., 34). Porém, não se pode confundir essas duas religiões. É óbvio que o Candomblé herdou a cultura africana mais pura e preservou melhor as tradições, considerando que a Umbanda menospreza a componente da cultura original africana. O Candomblé tem a incorporação dos Orixás e é o Pai/Mãe de Santo que dá consulta aos crentes através da leitura de búzios; por sua vez, a Umbanda contempla a incorporação de espíritos encarnados ou desencarnados, que oferecem conselhos e consultas diretamente aos crentes.

3.2 Por que razão as mulheres negras ocupam os lugares de liderança na religião de Candomblé?

A religião do Candomblé sofreu um enorme preconceito e discriminação, sendo perseguida, durante séculos, no seu processo de desenvolvimento no Brasil. Recebeu, inclusive, muitas acusações de satanismo e o culto aos Orixás foi considerado “um culto ao diabo”. Deste modo, os seus cultos religiosos foram proibidos (Silva n.d., 12). Durante a colonização, a escravidão era popular e os negros eram vendidos como mercadorias. Mesmo após a abolição da escravatura, os negros ainda permaneciam alvo de discriminação e eram considerados como inferiores. Assim, a religião trazida por eles começou a ser considerada como algo pejorativo. As práticas rituais são demonizadas e consideradas como um crime, especialmente no que se refere ao transe e ao sacrifício animal. Sabemos que o uso de sangue é visto como algo horrendo na mente da cultura ocidental. Para além disso, o Candomblé não possui a sua “bíblia” para o público conhecer este culto e ultrapassar a ignorância e o desconhecimento que originou o preconceito e a intolerância.

Na verdade, o Candomblé reflete a impotência dos escravos que estão acorrentados ao mundo e a conseqüente cosmologia.

“As convicções religiosas dos escravos eram, entretanto colocadas a duras provas aquando da sua chegada ao Novo Mundo, onde eram batizados obrigatoriamente para a salvação da sua alma e devia curvar-se às doutrinas religiosas dos seus mestres. A extraordinária resistência oposta pelas religiões africanas forças de alimentação e de extermínio, com que frequentemente se defrontavam, haveria de surpreender a todos aqueles que tentavam justificar a cruel instituição do tráfico de escravos.” (Verger & Carybé 2005, 8)

Consequentemente, a prática dos cultos do Candomblé não só significa uma prática de religiosidade, como também uma forma de demonstrar resistência à opressão e discriminação dos escravos. Face ao exposto, não é difícil compreender que, com o desenvolvimento de Candomblé, muitos dos adeptos da religião pertencem à classe baixa que é marginalizada socialmente, sofrendo, de algum modo, de discriminação e preconceito. Eles expressam a insatisfação e resistência ao mundo real pela via de religião.

A mitologia e a cosmologia do Candomblé também desempenham um papel importante e fulcral para a liderança feminina. Existe uma conexão entre os mitos e a liderança feminina. Reconhecer e refletir sobre os mitos e a visão cosmológica é muito importante para analisar os lugares das mulheres na religião. Recorde-se que alguns Orixás são femininos e são respeitados dentro do Candomblé. Por exemplo, a deusa Oxum é a rainha e dona de todos os rios e cachoeiras, com cor amarela e o seu dia é sábado. Ela representa a beleza, elegância, sabedoria e o poder feminino. Ela pode oferecer fertilidade para as mulheres que querem engravidar e é protetora das crianças. Para além disso, existe a deusa Iansã, com uma aparência de guerreira. Ela é a rainha das tempestades, ventanias, raios e morte. Ela não cumpre os papéis femininos tradicionais de casa a fazer trabalhos domésticos, sendo que essas funções pertencem mais aos homens. Ela sempre está pronta para batalhar e tem coragem de lutar e defender as suas coisas. Vale a pena destacar outra deusa - Iemanjá que ocupa uma importante presença na religião. Ela é a rainha e a mãe dos Orixás e a protetora dos marinheiros, por isso é reverenciada com muito respeito dentro do Candomblé. Face ao exposto, podemos concluir que na mitologia do Candomblé, as mulheres são cruciais e têm uma representação forte, empoderada e também respeitada. O papel feminino das divindades foge ao estereótipo social brasileiro e desempenha um papel importante e crucial, facilitando, assim, a promoção da liderança das mulheres negras na atualidade (Lima 2014, 3598-3599).

Outro fator importante é que as mulheres negras sofrem com a dupla opressão. Sabemos que o Brasil tem uma característica de sociedade patriarcal e historicamente racializada. As mulheres eram consideradas inferiores aos homens e o seu papel era no espaço privado. Esta condição era pior para as mulheres negras que tinham sido escravizadas. Contudo, nas casas de Santo do Candomblé, é fulcral realçar que são elas que tomam, ao longo da história, a liderança, tornando-as mais resistentes. Sob o patriarcalismo, as mulheres brancas estão sempre dependentes da figura masculina da sua família, quer seja o pai, marido ou os irmãos. As mulheres negras são diferentes. Na história da colonização e escravidão do Brasil, as mulheres negras sempre estiveram na base de pirâmide social, foram escravizadas e receberam muitas opressões. A condição das mulheres negras difere das mulheres brancas. Segundo Carneiro,

“Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados” (Carneiro 2003, 2).

Essas opressões e resistências nunca foram experimentadas pelas mulheres brancas, nem pelos homens da sua cor. São esses fatores que determinam a liderança das mulheres negras no Candomblé.

De seguida, destacam-se três mulheres que são fundamentais para a história das religiões afro-brasileiras no Brasil. Os nomes delas são: Mãe Meninha do Gantois (1894-1986), Mãe Stella de Oxóssi (1925-2018) e Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque (1955-agora). A Mãe

Meninha do Gantois foi a sacerdotisa mais antiga no Terreiro de Gantois e foi pioneira na defesa da cultura africana no Brasil. A Mãe Stella de Oxóssi prosseguiu na continuidade da Mãe Menininha na defesa da cultura africana do Candomblé, de forma mais ecológica. Por fim, a Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque, que pugna pela interseccionalidade de raça, gênero, religião e orientação sexual, destacou-se também na religião do Candomblé e dedicou-se, sobretudo, à defesa da igualdade de gênero.

3.3 Mãe Menininha de Gantois

3.3.1 Quem é a Mãe Menininha de Gantois?

O Terreiro Ilê Iyá Omin Axé Iyámassê, também conhecido como Terreiro do Gantois, foi fundado por Maria Júlia da Conceição Nazaré, em 1849. Pela hereditariedade e consanguinidade, após a morte dela, a sua filha Pulchéria sucedeu ao cargo de Ialorixá durante dois anos e faleceu, seguindo-se Maria da Glória Conceição Nazareth a assumir o terreiro. A quarta Ialorixá do Terreiro do Gantois é uma das mais famosas e admiradas das Ialorixá brasileiras, sendo a personagem que iremos apresentar, de seguida: a Mãe Menininha de Gantois (Maria Escolástica da Conceição Nazareth), que nasceu em Salvador, no dia 10 de fevereiro de 1894, descendente de uma antiga escrava liberta (Vega 2001, 84). Ela foi costureira, bordadeira e também quitateira e, aos 29 anos, casou-se com um advogado escocês chamado Álvaro MacDowell de Oliveira. Desta união nasceram duas filhas: Cleusa, em 1923, e Carmem, em 1928. O seu marido, apesar de não exercer qualquer cargo no terreiro, compreendeu o trabalho da Mãe Menininha e auxiliou a sua mulher na defesa pela cultura do candomblé, servindo como uma ligação entre o terreiro e a sociedade brasileira (Veiga 2022).

Desde criança, foi escolhida para ser Ialorixá pela sua bisavó Maria Júlia da Conceição Nazaré e foi iniciada na religião pela tia Mãe Pulquéria, sob a orientação desta, preparou-se para o cargo que iria assumir futuramente. Aos seis anos, a Mãe Menininha já dançava para o seu Orixá, de forma doce, bela e inesquecível para os seus admiradores. Foram os Orixás de Oxóssi, Xangô, Oxum e Obaluaiê que a escolheram e aconselharam a Mãe Menininha a tomar conta do terreiro em vez de pessoas. Aos 28 anos, ela assumiu a responsabilidade de gerir e liderar o terreiro mais antigo de Salvador, tornando-a a quarta mulher Ialorixá do terreiro, com força e carisma, ganhando, finalmente, a confiança dos filhos de santo mais antigos da casa e centenas de pessoas do terreiro. Esta líder feminina assumiu o cargo de 1922 a 1986, ao

longo de 64 anos, contribuindo, de forma exemplar para a proteção e desenvolvimento do terreiro de Gantois (Veiga 2022).

A Mãe Menininha deixou um legado para inspirar a cultura religiosa no Brasil. Em 1972, a canção "Oração de Mãe Menininha"⁴⁹ foi lançada por Dorival Caymmi, e foi depois regravaada por Maria Bethânia e Gal Costa.

“Ai! Minha mãe

Minha Mãe Menininha

Ai! Minha Mãe

Menininha do Gantois ...”

No ano de 1976, foi homenageada pela Escola de Samba carioca Mocidade Independente de Padre Miguel, com o enredo intitulado de “Mãe Menininha do Gantois”, interpretado pela cantora Elza Soares (Moreno 2016).

A grande Ialorixá faleceu em agosto de 1986, quando tinha 92 anos , por causa de insuficiência cardíaca e renal, e teve um funeral grandioso. Segundo uma reportagem de 2021 no Jornal Correio pelas ruas de Salvador, foi conduzido um cortejo de despedida da Mãe Menininha do Gantois durante 3 horas (Correio 2021). Filhos, filhas, Mães-de-santo, amigos, admiradores, políticos e artistas vieram de diversos lugares para chorar a morte da Mãe Menininha. Entre eles, havia muitas celebridades tais como o artista plástico Carybé, os cantores Caetano Veloso, Maria Bethânia e Gal Costa, e a atriz Lúcia Veríssimo. Após a morte dela, os filhos guardaram bem os seus objetos de uso e seu quarto intacto foi transformado no Memorial Mãe Menininha. Hoje em dia, é uma das grandes atrações do Terreiro de Gantois. A Mãe Menininha foi considerada uma mulher admirável, como diz o Terreiro de Gantois, publicando no instagram⁵⁰ uma bela homenagem: “Mulher forte, doce, sábia, que gerou espiritualmente muitos Filhos(as) na certeza de que em cada um(a) deles(as)

⁴⁹ YOUTUBE. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_x9mNq-eB6w

⁵⁰ Terreirodogantois, INSTAGRAM, 13 de agosto de 2022. Disponível em https://www.instagram.com/p/ChNP-ZBgmPj/?utm_source=ig_embed&utm_campaign=loading
Acesso em 28 de maio de 2024.

permanecerá perene a força e energia ancestral que nos move e alimenta. Nos deixou a certeza de que Orishá é presença em nossa vida e com Eles podemos enfrentar qualquer dificuldade”.

3.3.2 Pioneira na defesa da cultura africana

Através da escravidão, a cultura africana chegou à terra brasileira. Nas grandes embarcações europeias, foram carregados os escravos negros de diversas etnias, o que resultou na diversidade cultural de origem africana no Brasil. Atualmente, a cultura africana está presente em todas as áreas brasileiras, tais como na música e na dança ou até na culinária, religião, cinema, televisão, entre outras áreas. É inegável a forte presença e a influência da cultura africana reconstruída no Brasil. No entanto, sabemos que quando os negros chegaram ao Brasil, sofreram algumas imposições e restrições, sendo proibidos de praticar as suas religiões e de seguir os costumes e as tradições africanos. A cultura africana tinha um risco de ser eliminada e expurgada. Graças à luta e à resistência contínua dos negros, a autoestima e a representatividade africana foram resgatadas na sociedade brasileira.

A valorização da religião do Candomblé desempenha um papel crucial na preservação da cultura africana. E os terreiros do Candomblé funcionam como uma representação de identidade e cultura da África. Como tal, a religião do Candomblé na história foi marginalizada e sempre foi alvo de perseguição política, porque a liberdade religiosa não era uma realidade. A resistência e a luta contra o preconceito do Candomblé será eterno. E a Mãe Menininha do Gantois, sendo uma mãe de santo respeitada e reconhecida pelo seu carisma, é pioneira a liderar esta causa e tornou-se num símbolo de luta contra a intolerância religiosa. De facto, as contribuições da Mãe Menininha desempenham um papel decisivo na aceitação e popularidade do terreiro de Gantois na sociedade brasileira.

Entre 1922 e 1986, no período em que a Mãe Menininha liderou o terreiro, mesmo que tendo conquistado mais tolerância para a religião do Candomblé, a situação da perseguição política tornou-se grave. Especialmente com a promulgação da Lei *Jogos e Costumes* em 1930, que legislava o seguinte: as práticas rituais de religião só se poderiam realizar com o alvará autorizado pela polícia e durante um horário limitado, até às 22:00 h. A Delegacia de Jogos e Costumes, também designada de polícia de chamadas, “criada no ano de 1938 nasceu sob a égide do Código Civil de 1890,(...) em particular do Art. 157 que proibia a prática do espiritismo, a magia e seus sortilégios, talismãs e cartomâncias para despertar sentimentos de

ódio ou amor e inculcar curas, fascinando a credulidade pública” (Sousa 2018, 37) , é responsável por coibir a realização das práticas rituais do Candomblé. Sob a proteção da lei, a verificação pontual de terreiro, o confisco de objetos de rituais ou prender sacerdotisas eram acontecimentos normais no Terreiro do Gantois. A Mãe Menininha, como guardiã da cultura e da tradição do Candomblé, foi fundamental para o fim destas restrições. A mesma foi pedir autorização ao delegado, afirmando: “isso é uma tradição ancestral Doutor! Venha dar uma olhadinha o senhor também.” (Ecoa 2023) Disse-o mas de uma forma suave e delicada e só através de conversa, ela conseguiu alcançar o seu objetivo. No fundo, foi uma das principais articuladoras que conseguiu acabar com as incursões da polícia no Candomblé. Em 1976, o então governador da Bahia, Roberto Santos, finalmente sancionou um decreto liberando as casas de Candomblé. Desde então, os terreiros não tiveram necessidade de obter autorização para praticar os rituais, nem de pagar uma taxa à Delegacia de Jogos e Costumes (Ecoa 2023).

Além disso, a Mãe Menininha é conhecida por respeitar a diversidade e promover a convivência entre as diferentes religiões. Sob contínuo controle e repressão política, a Mãe Menininha usou o sincretismo da religião como uma ferramenta estratégica em busca da sobrevivência do Candomblé. Misturou as tradições e os costumes, especialmente com o catolicismo, de modo a angariar mais tolerância. Por exemplo, quando homenageavam os santos católicos, os negros estavam na realidade a homenagear as divindades ancestrais do Candomblé.

“Os santos eram considerados simples máscaras” colocadas nos rostos negros das divindades ancestrais. De facto, foi essa a única coisa que o negro pode trazer na vinda para o Brasil, isto é, a sua cultura e, dentro dela, particularmente dominante, a religiosa. Assim, o nome do santo não é senão a denominação branca da mesma realidade que os negros veneram com um nome africano.” (Costa 2019, 7)

A Mãe Menininha usou a fusão de diferentes culturas religiosas como uma maneira de reduzir a perseguição política e de elevar o *status* do Candomblé. Sendo assim, como promotora de diversas culturas, a mesma nunca deixou de frequentar as igrejas católicas. Este facto foi confirmado pela sua filha, na entrevista da Agência Brasil, na homenagem da morte de 30 anos da Mãe Menininha: “Eu fui criada totalmente no Candomblé, minha mãe era do candomblé, mas tivemos muita vivência católica, como por exemplo o facto de querer que fôssemos batizados e fizéssemos à primeira comunhão na Igreja Católica. Deste modo, dentro

do candomblé, não se proíbe nada que é bom. Não há justificativa para a intolerância religiosa.” (Moreno 2016) Mesmo que frequentasse as igrejas, ela não perdeu a essência da cultura religiosa do Candomblé e continuou a defender a cultura da matriz africana. Para a religião do Candomblé, a indumentária tradicional é uma identidade e representação das negras, considerando, ainda, as peças de roupa, turbantes, colares e pulseiras fundamentais para preservar a cultura africana. Em resumo, a Mãe Menininha teve sucesso quando resgatou a cultura convencendo os bispos da igreja católica a permitir que as mulheres negras fossem às missas vestidas com os trajes tradicionais do Candomblé.

Devido à sua tolerância e generosidade, a mãe de santo abriu as portas dos terreiros aos brancos e católicos, que na época foi considerado algo estranho pelos restantes terreiros. A líder religiosa acolheu todos aqueles que chegavam, fossem brancos ou pretos, ricos ou pobres. Desta forma, a Mãe Menininha conseguiu criar uma ponte dentro e fora do terreiro. Tornou-se, assim, emblemática na história do Brasil e mostrou ao público a força das mulheres. Ela tem muitos filhos de santos e muitas personalidades importantes, como António Carlos Magalhães⁵¹, Jorge Amado⁵², Gilberto Gil⁵³, entre outros, pediram aconselhamento e receberam ajuda da Mãe Menininha. A Mãe de Santo soube usar bem essas relações com vista ao reforço do seu papel de líder, ao respeito e carisma sem qualquer tipo de abuso. Como o professor e antropólogo Livio Sansone referiu: “Mãe Menininha teve esse grande mérito, era uma mensageira entre dois mundos: o mundo da casa de santo e o mundo da sociedade mais ampla. Ela foi visitada por presidentes, políticos, sempre por pessoas importantes. Ela foi determinante na luta para tirar o candomblé da marginalidade e transformá-lo em uma das tantas religiões do Brasil.” (Moreno 2016) De facto, é uma grande líder feminina na área religiosa.

⁵¹ Perfis de Antônio Carlos Magalhães. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Carlos_Magalh%C3%A3es

⁵² Perfis de Jorge Amado. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Amado

⁵³ Perfis de Gilberto Gil. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Gilberto_Gil

3.4. Mãe Stella de Oxóssi

3.4.1 Quem é Mãe Stella de Oxóssi?

Maria Stella de Azevedo Santos, também conhecida como Mãe Stella de Oxóssi, foi vista como uma das mais importantes representantes na liderança religiosa do Candomblé. A grande Ialorixá nasceu no dia 2 de maio de 1925, na cidade de Salvador, a quarta filha de Esmeraldo Antigno dos Santos e Thomázia de Azevedo Santos. Ela veio de uma família negra de classe média (Campos 2003, 28). Ficou órfã bastante cedo e, depois, foi adotada e criada pela sua tia Dona Arcanja, que tinha um posto na religião do Candomblé. Quando adulta, frequentou a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, onde tirou um curso de Saúde Pública; posteriormente, exerceu a função de enfermeira cerca de trinta anos (Prosa Verso e Arte 2018).

A primeira ligação entre a Mãe Stella e o Candomblé iniciou-se através da Mãe Senhora, a terceira Ialorixá do Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador, terreiro que foi fundado pela Mãe Aninha. A Mãe Senhora ficou ao lado da Mãe Stella por décadas e ajudou-a a explorar e os mistérios e forças dos Orixás do Candomblé. Em 1976, com recurso aos búaprender zios, a Mãe Stella foi escolhida por Xangô para ser a quinta Iyalorixá do terreiro. Os detalhes foram registrados no livro de Atas do Conselho Religioso⁵⁴:

“O Professor Agenor Miranda segurou os búzios e concentrou-se. Todos os presentes conservaram um silêncio absoluto, atentos ao professor. Ele deu início à leitura, e falou EJIONILÊ, recolheu os búzios e, após uma pausa, jogou-os novamente e falou ODI, e novamente usados os búzios falou Oxé, em seguida Ossá, após nova concentração usou novamente os búzios e falou EJILASEBORÁ, apresentando Oxóssi, em seguida falou Ofum trazendo Orucó de Odê Caiodê; novamente o professor usou os búzios e voltaram Ossá e Oxê, os Odus de Odê Caiodê, filha do Axé a quem Xangô escolhia e determinava ser a nova ialorixá. O professor Agenor se dirigiu aos presentes, dizendo que se ali, naquele momento, houvesse algum Oluô, ou pessoa que sabe ler nos búzios, que se aproximasse e viesse ler e constatar o que ali estava determinado por Xangô. De seguida, como é habitual, o Assobá partiu um OROBÔ e pediu a Xangô a

⁵⁴ Transcrição da ata registrada no dia 19 de março de 1976 do livro de atas do Conselho Religioso do Ilê Axé Opô Afonjá.

confirmação do que disseram os búzios e, por duas vezes seguidas, a palavra foi confirmada com ALAFIÁ. O Professor Agenor procurou saber quem atendia pelo nome de Odé Kayode, e Stela Azevedo se apresentou e foi notificada pelo Professor Agenor ser ela a escolhida por Xangô para dirigir os destinos do Axé..."

A Mãe Stella tinha a fama de ser defensora da cultura africana. Desde que assumiu o cargo de liderança do terreiro, deu-lhe muitas contribuições e prestígios. Criou o primeiro Museu Ohun Lailai, aberto numa das casas do Candomblé, onde foram exibidas as vestimentas quando a mãe Stella assumiu o terreiro e os objetos usados nos rituais, tais como as ferramentas usados pelos Orixás e as lembranças como ofertas aos Orixás. Sob esforços dela, em Novembro de 1999, o terreiro Ilê Axé Opô Afonjá foi declarado património cultural brasileiro, através do Ministério da Cultura do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Vinícios 2015).

Como defensora da cultura africana, Mãe Stella recebeu vários prémios e condecorações. Em 2001, como fomentadora da cultura, ganhou o prémio jornalístico Estadão. Em 2005, recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia. Após quatro anos, em 2009, recebeu o mesmo título da Universidade do Estado da Bahia. No ano seguinte, recebeu uma placa pelo centenário do terreiro Opô Afonjá durante o Plenário da Câmara. Em 2013, foi escolhida para lecionar a cadeira 33 da Academia de Letras da Bahia por unanimidade (Vinícios 2015).

A líder religiosa faleceu aos 93 anos devido a causas naturais, em Dezembro de 2018. Para homenagear a mulher extraordinária, inaugurou-se uma avenida batizada pelo nome de Av. Mãe Stella de Oxóssi, em Salvador, quatro meses após o seu falecimento. Esta é a primeira avenida que elevou o nome da mulher negra em Salvador, cidade onde, mesmo sendo o lugar com a maior população de negros, antigamente as ruas, avenidas e bairros da Bahia eram denominadas maioritariamente com nomes de homens brancos e ricos. Além disso, ainda estabeleceu duas obras de esculturas na entrada da avenida feitas pelo escultor Tatti Moreno, uma de 2 metros com Mãe Stella sentada em torno, e a outra com a Orixá Oxóssi, de 6.5 metros, que fica localizada atrás dela (Muniz 2019). A Mãe Stella deixou um legado incrível para a cultura e história brasileiras. Ela redefiniu o lugar das mulheres negras na história brasileira e mundial, revelando ao público a potência e a nova representatividade enquanto líder feminina.

3.4.2 Revalorização da cultura africana e a defesa da ecologia

A Mãe Stella de Oxóssi é a grande mulher religiosa que continuou a causa da Mãe Menininha na defesa e valorização da cultura africana. Trata-se da sacerdotisa a escrever livros, conquistando, assim, a transferência do registo oral do Candomblé para a escrita. A maior parte dos saberes das religiões de matriz africana baseiam-se na tradição oral, reforçando que a comunicação oral na espiritualidade é igualmente essencial para as práticas rituais do Candomblé. Diferente de outra religião que tem o testemunho escrito como fundamento nuclear, nomeadamente a bíblia para o catolicismo ou o torá para o judaísmo, os rituais do Candomblé foram tradicionalmente herdados pela senioridade aos adeptos descendentes via oralidade e através das memórias pessoais e coletivas. Contudo, tal como foi referido anteriormente, uma das razões pelas quais o Candomblé sofreu um enorme preconceito deve-se ao facto de não ter sido conhecida de forma completa pelas pessoas fora do Candomblé. Nesta religião, usa-se a língua de santo uma forma peculiar de expressão, sendo, assim, complexa a compreensão por parte do público em geral. Como tal, a inovação da Mãe Stella, escrevendo sobre os mitos e a cultura de origem, promoveu o conhecimento sobre este tema. A cultura e religião africanas foram, desta forma, amplamente divulgadas, consequentemente assistiu-se à diminuição do sofrimento devido à discriminação. A Mãe Stella participou ativamente nas conferências e entrevistas por revistas e jornais não só nacionais, como também internacionais. Ao analisarmos o percurso desta grande mulher, podemos ver que as trajetórias intelectuais estavam enraizadas. Publicou várias obras, entre as quais se destaca o primeiro livro, em 1988, estabelecendo uma parceria com Cleo Agbeni Martins, intitulado *E Daí Aconteceu o Encanto*. E depois publicou a mais importante obra sobre os mitos e os costumes do Candomblé *Meu Tempo é Agora*, publicando a primeira edição em 1991 e a segunda em 2010. A obra descreve a história de Ilê Axé Opô Afonjá, incluindo os desafios e as inovações que levou a cabo. Inclui, ainda, alguns artigos escritos pelas mulheres da Bahia e um artigo de opinião sobre a melhor forma de disseminar as ideias femininas. Em 2004, cooperou outra vez com Cleo Agbeni escrevendo o segundo livro intitulado *Lineamentos da Religião dos Orixás - Memória de ternura*. Mãe Stella publicou, de seguida, *Ósosi - O Caçador de Alegrias*, em 2006, e no ano seguinte lançou *Owé - Provérbios*. Em 2009, promoveu um filme infantil intitulado *Epé Laiyé- terra viva*, cujo protagonista é uma árvore com pernas para andar e lutar pela proteção do meio ambiente. O filme reflete a preocupação e a vontade de criar um ambiente mais ecológico e mais sustentável. A sua última obra *A Ialorixá e o Pajé* foi publicada em 2018. Em suma, esta líder religiosa

imortalizou a sua obra e vida, já que deixou um vasto e completo legado literário com vista à divulgação e credibilização da cultura religiosa do Candomblé. Devido às suas competências acadêmicas, foi a primeira líder religiosa a exercer uma função de relevo na Academia de Letras. No seu discurso de posse, explicou a sua motivação para a escrita:

“A sabedoria ancestral do povo africano, que a mim foi transmitida pelos meus mais velhos de maneira oral, não pode ser perdida, precisa ser registrada. Não me canso de repetir: o que não se regista o tempo leva. É por isso e para isso que escrevo. Compromisso continua sendo a palavra de ordem. (...) escrevo com a intenção maior de salvaguardar a língua e a sabedoria de meus ancestrais africanos, pois tendo sido este povo ignorado por séculos, seus conhecimentos correm o risco de serem esquecidos ou transmitidos de maneira deturpada”(Geledés 2013).

Mãe Stella também defendeu a particularidade de cada religião, sendo a primeira Mãe de santo a iniciar o combate publicamente ao sincretismo entre o Candomblé e o catolicismo, entre os Orixás e os santos católicos. A mesma resgatou o valor da cultura Candomblé e manteve as origens do Candomblé. Para além disso, defendeu o anti-sincretismo, afirmando o Candomblé como uma religião no manifesto anti-sincretismo, lançado na II Conferência Mundial da Tradição Orixá e Cultura (abreviado por COMTOC) em 1993: “deixamos pública nossa posição a respeito do fato de nossa religião não ser uma seita, uma prática animista primitiva, conseqüentemente rejeitamos o sincretismo como fruto da nossa religião desde que ele foi criado pela escravidão à qual foram submetidos nossos antepassados” (Consorte 2006, 89). Ou seja, para esta mãe de santo, manter a pureza e a verdade da religião é importantíssimo, visto que o “Candomblé não é uma questão de opinião. É uma realidade religiosa que só pode ser realizada dentro de sua pureza de propósito e rituais” (Consorte 2006, 89). Por fim, os Orixás não são santos católicos, Iansã não era Santa Bárbara, Ogum não era São Jorge e Oxóssi também não era São Sebastião. Devido à defesa do sincretismo e ao olhar impuro perante a tradição do Candomblé, os filhos de santos, e até as mães de santos, tinham uma enorme responsabilidade. Defendeu que cada líder de cada terreiro de Candomblé tem a responsabilidade de resgatar a cultura de matriz africana e explicou-o no manifesto: “apareceram a submissão, a ignorância, o medo e ainda a atitude de escravo por parte de alguns adeptos, até mesmo Ialorixás, representantes de associações afro, buscando serem aceites por autoridades políticas e religiosas”(Consorte 2006, 89). Ou seja, compreendeu que

no passado, o sincretismo com o catolicismo foi uma estratégia de escapar da perseguição política, mas achou que a época já passou e não aceitou a mistura ou qualquer concessão, como apresentou no manifesto: “Durante a escravidão o sincretismo foi necessário para a nossa sobrevivência, agora, em suas decorrências e manifestações públicas, gente-do-santo, Ialorixás, realizando lavagens nas igrejas, saindo das camarinhas para as missas etc., nos descaracteriza como religião” (Consorte 2006, 89-90). Com o sincretismo do Candomblé, parecia que a escravidão tinha terminado mas os negros ainda sofreram. Enaltece-se, assim, a forma como a líder religiosa condenou o sincretismo e destacou os elementos dos negros, na sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo, como parte da sociedade, a Mãe Stella cuidava do planeta e prestava atenção ao meio ambiente, já que defendia a prática amiga do ambiente durante os rituais religiosos, visando criar uma religião ecológica. Antigamente, no dia 2 de Fevereiro, existia uma tradição do Candomblé em que se ofereciam presentes, tais como alimentos, perfumes, flores, entre outros objetos no mar para festejar e homenagear o Orixá Iemanjá, a rainha do mar. No entanto, a maioria dos presentes eram feitos com materiais não biodegradáveis, como tal plástico e vidro. Depois dos festejos, as praias brasileiras ficavam repletas com resíduos poluentes. Face a esta preocupação ambiental, a Mãe Stella decidiu inovar, publicando um artigo intitulado *Presença sim, presente não!*, no qual declarava algumas mudanças: a partir do ano 2016, os filhos de santos de Candomblé não deveriam colocar os presentes no mar para homenagear a Iemanjá. “Meus filhos serão orientados a oferendar Iyemanjá com harmoniosos cânticos. Quem for consciente e corajoso entenderá que os ritos podem e devem ser adaptados às transformações do planeta e da sociedade. Os ritos se fundamentam nos mitos e nestes estão guardados ensinamentos valorosos” disse a Mãe Stella neste artigo (Santos 2015). No início do texto, ela contou a história da rainha do mar e explicou que a Iemanjá não era nada vaidosa e não queira presentes, e somente a presença dos crentes importava:

“Quanto mais Iyemanjá ajudava as pessoas, mais presentes eram depositados em sua casa. Seu lar foi ficando sujo. Iyemanjá pediu, então, que as pessoas não lhe dessem presentes de plásticos nem de metal, pois estes, com o tempo, transformavam-se em lixos difíceis de serem degradados. Os mais obedientes passaram a oferendar apenas o líquido dos perfumes e flores, mas os produtos

químicos dos quais eram feitos os perfumes poluíam as águas e as pétalas das flores adoeciam os peixes.” (Santos 2015)

No entanto, como firme defensora das raízes do Candomblé, a Mãe Stella destacou no artigo “O rito pode ser modificado, a essência dos mitos, jamais!” (Santos, 2015) A capacidade de inovação e de adaptação às novas realidades, permitiu à líder Mãe Stella tornar-se numa pioneira religiosa e abrir um novo caminho para o Candomblé, que se tornou mais aceite e ecológico.

3.4 Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque

3.4.1 Quem é a Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque?

A Mãe de Santo Renilda Bezerra de Albuquerque (conhecida por Mãe Renilda) é uma grande Ialorixá do terreiro Ilê Tata do Axé. Nasceu em 25 de Março de 1955 e cresceu no bairro da Cruz das Armas, na cidade de João Pessoa, pertencente ao estado da Paraíba. Os pais eram comerciantes, distribuidores de farinha e ainda tinham um armazém de biscoitos. Os lucros eram suficientes para sustentar a família numerosa de 8 irmãos. Infelizmente, devido a um acidente do seu pai José Luiz de Albuquerque, a família passou a ter dificuldades financeiras. Neste período, a Mãe Renilda só tinha oito anos e já era obrigada a trabalhar para ganhar dinheiro a sustentar a família. Ela lavou a roupa de outras pessoas, trabalhou como empregada doméstica e numa pastelaria, numa padaria, entre outras, contribuindo, assim, para suportar as despesas da família. São exatamente essas dificuldades durante a sua infância que ajudaram a criar a sua personalidade carismática durante a fase adulta (Lima et al. 2013, 14). Na verdade, a Mãe Renilda é sempre rica, não nos recursos financeiros, mas noutros méritos da personalidade, porque a própria nunca considerou que tinha sido pobre, somente humilde: “Eu sou rica de muitas amizades. E sou mais rica ainda quando venho de uma família da periferia, lá da cidade de Bananeiras e nasço em João Pessoa, começo minha vida aos nove anos de idade, nos oito anos já lavava roupa no Rio Samaritano. Nossa família é uma família que vem de uma família humilde, pobre não, humilde. Mas, de trabalhadores e trabalhadoras.” afirmou no seu discurso⁵⁵ na sessão solene em homenagem aos cinquenta anos do seu

⁵⁵ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ArCiuH2xpow>

sacerdócio.

Aos nove anos de idade, passou a ter problemas de saúde, começou a sentir dores na perna esquerda e como os médicos não conseguiram resolver o problema, o pai tentou procurar uma “rezadeira” e percebeu que era um problema espiritual. Sob aconselhamento duma “rezadeira”, acabou por recorrer a um Paide santo da religião de matriz africana. Após uma consulta ao jogo de búzios no terreiro, a Mãe Renilda foi tratada pelas folhas de poder e conseguiu um equilíbrio energético, já que recuperou realmente do seu problema de saúde (Lima et al. 2013, 14-15). Durante esta fase da sua vida, a Mãe Renilda deu os primeiros passos no campo religioso. Mesmo tendo descoberto a cura da doença no Candomblé, acedeu à religião de matriz africana de Umbanda com Nagô. Mesmo tendo enfrentado algum preconceito e resistência por parte da sua família, especialmente do seu pai, fez ainda um ritual de iniciação aos catorze anos com o paide santo Luiz Alves Gomes da Bahia. Depois da longa preparação e estudo para ser uma Mãe de santo, em 1972, a Mãe Renilda abriu o seu primeiro terreiro de Umbanda Vovó Maria Minas, sob a orientação de Pai Luizinho, na Rua do Rio (cidade de João Pessoa). De acordo com Araújo, em 1977, a Mãe Renilda finalmente conseguiu comprar uma casa em Cruz das Armas para o terreiro funcionar no Templo de Umbanda Vovo Maria Mina, em homenagem à sua Preta Velha (Araújo 2021, 73).

Ao perceber que a Umbanda não cultivava Orixás de África e o desejo de se basear na cultura negra, a Mãe Renilda mudou a denominação de terreiro para o Ilê Tata do Axé, e a sua casa para a Nação Jeje Savalu, transitando de Umbanda para o Candomblé. Nas palavras de Mãe Renilda: “mudeidevido à descoberta de que na Umbanda, nós não cultivávamos o Orixá africano, nós cultivávamos os santos católicos sincretizados. Então, não era puramente africano né? ” (Araújo 2021, 87).

Para os povos de santo, esta mudança de denominação de culto chamada “troca das águas” ou “mudança de folha”, tal como “a água” tem um significado relacionado com as várias nações e tradições das religiões de matriz africana, A Mãe Renilda atribuiu para o “Jeje não é água, mas raiz”, o que reflete a sua vontade de defesa da pura cultura religiosa do Candomblé. “Ao afirmar que “Jeje não é água e sim raiz”, a Ialorixá quer pontuar que a tradição religiosa

do Jeje, matriz enraizada na Cacunda de Yayá, é mais pura e mais poderosa que a sua filiação anterior” tal como afirma Araújo (Araújo 2021, 103).

A Mãe Renilda é uma das líderes femininas mais importantes na história da religião de matriz africana, que defendeu que a cultura religiosa e a liberdade de expressão da sua religião, durante a perseguição policial do candomblé. Além das contribuições religiosas, a mesma participou ativamente nos movimentos sociais brasileiros. Foi militante do movimento de negros no combate contra o racismo, na Paraíba, e lutou sempre pelos direitos das mulheres negras e das mulheres do terreiro. Sem dúvida que estamos perante uma líder defensora da diversidade e igualdade da sociedade.

3.4.2 A Mãe de Santo de muitas causas

Nas próprias palavras da Mãe Renilda,

“Sou mulher... Na minha identidade tem: eu sou mulher, sou preta, sou das religiões de matriz africana, sou casada com uma mulher, né? Sou casada com uma mulher. Sou mãe de dois filhos, né? Sou uma mulher na luta pela diversidade. Estou em todos os movimentos sociais porque eu defendo todas as causas. Estou no LGBTQ, eu estou no Conselho de Segurança Alimentar, eu estou no CEPPIR, eu estou no Conselho de Saúde, né? Eu estou em todos os espaços onde sou chamada, né? Eu estou lá para contribuir” (Araújo 2021, 104).

Na verdade, a característica de interseccionalidade está bastante marcada nesta Mãe de santo, influenciando todas as partes da sua vida social. Como mulher, negra, mãe de santo de candomblé e lésbica, ela sofreu devido ao preconceito de género, raça, religião e orientação sexual, enfrentado múltiplas opressões sociais e representando as pessoas de condição vulnerável. Por isso, como ela própria disse, defendeu e lutou pela diversidade e participou nos vários movimentos sociais. Além de ser uma reconhecida líder religiosa, contribuiu não só para o terreiro, como também para fora do terreiro.

No início dos anos 80, a Mãe Renilda já conhecia o Movimento Negro na Paraíba. Naquele momento, a convite dos organizadores Carlos Henrique e Wellington Santana, tornou-se na primeira Mãe de santo, de religião de matriz africana, a participar no movimento.

Desta forma, a Mãe Renilda adquiriu mais experiência participando nestes movimentos sociais e percebeu que as reivindicações dos valores da religião Candomblé e o movimento negro social são vinculados e funcionam reciprocamente. Os movimentos negros podem ganhar mais reivindicações na política pública e promovem as religiões trazidas pelos negros. A legitimidade das religiões de matriz africana é indispensável para a reconstrução e confirmação da identidade dos negros no Brasil e ganha, cada vez mais, a importância no discurso dos movimentos negros (Bastos 2011, 136) Como líder feminina, Mãe Renilda enfrentou muitas situações de desigualdade de gênero, dentro e fora da religião. A liderança feminina numa religião discriminada não é nada fácil e exige imenso esforço para se empoderar mais e mais. A Mãe Renilda expressou na entrevista em 2010:

“[...] você precisa, principalmente sendo mulher, ser bam bam bam três vezes, fazer as coisas bonitinhas e corretas, porque se alguém passar e ver um paide santo, um padre ou qualquer um num bar bebendo, não tem problema, era um homem. Mas imagine, sabe quem estava num bar bebendo? Mãe Renilda [...]. Para a mulher existe esse preconceito, existe essa discriminação e esse machismo em cima de nós que somos mulheres de terreiro [...]. É preciso que a mulher ande nos trilhos, sem sair da linha, como diz o matuto, porque senão ela é taxada de prostituta, de rapariga, de tudo que você imaginar” (Bastos 2011, 115).

Para lutar por mais direitos femininos e reduzir o preconceito contra as mulheres, fez parte da Marcha Mundial das Mulheres e coordena a Rede Mulheres de Terreiro. Além disso, a Mãe Renilda percebeu que aumentar o reconhecimento da cultura africana ajuda a promover a tolerância da religião e, assim, aproveita os meios de comunicação para introduzir o Candomblé, trabalhando como radialista. É responsável pela apresentação do programa Afro Brasil na Rádio Tabajara AM com o objetivo de disseminar os mitos e cultura africana. A sua trajetória chegou até à política. A Mãe Renilda apresentou uma candidatura ao cargo de vereadora da cidade de João Pessoa, representando o PSB (Partido Socialista Brasileiro). Mesmo que não tenha sido eleita, foi uma boa tentativa e alargou a sua fama no espaço público. Para além disso, ainda é membro da política partidária na cidade de João Pessoa.

Em conclusão, a Mãe Renilda é uma mulher que não só representou uma liderança marcada no terreiro de religião, como também expandiu a sua representação fora do terreiro. Na sua trajetória pessoal, religiosa e política, reconhecemos uma mulher de

interseccionalidade que enfrentou a religião e sociedade desiguais, buscando a valorização e a legitimidade do Candomblé. Neste processo evolutivo, redefiniu também as suas funções sociais como sujeito livre e responsável e não subordinado aos homens. É uma mulher que luta contra todas as desigualdades sociais e pela aceitação da diversidade.

Após uma análise das biografias e vidas dessas três mulheres, constatamos que todas se destacaram nas religiões afro-brasileiras pela predominante liderança feminina. As três são grandes defensoras da cultura africana e da religião Camdomblé. Como mulheres negras que sofreram desigualdade sexual, elas trabalharam também a promover a igualdade de gênero na religião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, constata-se que a sociedade brasileira se baseou, ao longo de séculos, no machismo e no patriarcalismo, ou seja, as mulheres sempre foram um alvo de distinção e desigualdade e, muitas vezes, assumiam um papel de subordinação perante os homens e foram desprovidas dos direitos humanos essenciais. Com base nos estereótipos formados nesta cultura hierárquica, as mulheres e o papel feminino estavam restritos aos espaços privados. As principais posições assumidas eram, essencialmente, a função de esposa do marido em casa ou a mãe dos filhos, tornando-se quase invisíveis no espaço público. Com a emancipação feminina, as mulheres começaram a manifestar-se contra a submissão perante os homens. Muitos movimentos feministas nasceram, quer em contexto internacional, quer nacional. Neste sentido, as mulheres brasileiras não só têm reivindicado mais direitos, como também têm conquistado mais liberdade, autoridade e demarcação do controlo masculino. Durante o processo de luta feminista, foi interessante explorar, no decorrer do presente estudo de investigação, o papel fulcral das mulheres negras na luta pela causa do feminismo. As mesmas enfrentaram múltiplas opressões e, apesar de terem pertencido à base da pirâmide social (Santos, 2019), podem ocupar agora a liderança na sociedade e recriar a sua identidade como mulheres negras. Esta mudança tornou-se significativa e fulcral para a destruição dos estereótipos do género tradicional e conservador.

A liderança feminina é uma reflexão sobre a quebra da estrutura social em que o poder está nas mãos dos homens. Torna-se, assim, significativa e representativa porque indica que a desigualdade de género social se desvaneceu e o potencial das mulheres é, finalmente, reconhecido. A política e a religião no Brasil foram, por muito tempo, duas áreas predominantemente masculinas. A emergência de líderes femininas, nessas duas dimensões sociais, desencadeou a conquista e o resultado obtido pela luta feminista. Por esta razão, uma análise biográfica das personagens femininas com um cargo de liderança, na política e na religião, foram fundamentais para aprofundar a reconfiguração da imagem da mulher brasileira.

As mulheres têm enfrentado vários obstáculos no campo político, sendo que a liderança feminina oferece, sem dúvida, a oportunidade de incluir mais vozes de mulheres e de debater a igualdade de género. Destaque-se, neste âmbito, Marielle Franco, que representou uma mulher negra, oriunda de uma favela, a qual conseguiu entrar no meio político. Depois de ter sido eleita vereadora em 2016, com mais poder na mão, assumiu uma postura que constituiu e definiu a sua identidade. Os seus projetos de lei apresentados

focaram-se, não só na luta pela igualdade de gênero, racismo, a favor dos moradores nas favelas e periferias, bem como pelos direitos da comunidade LBGT+. No entanto, como apoiante e representante das mulheres negras, enfrentou muita resistência na esfera dominada por homens brancos, o que lhe custou a vida. O caso de homicídio de Marielle Franco ainda não foi solucionado, mas o seu espírito de luta feminista espalhou-se dentro e fora do Brasil, inspirando e guiando outras mulheres a participar nesta causa pela luta feminista.

A existência de relações assimétricas no poder facilmente provocou o confronto entre gêneros. De facto, a violência doméstica é um legado da sociedade brasileira patriarcal e, somente após a emancipação das mulheres, foi divulgada publicamente. Trata-se, evidentemente, num gerador que pode causar o feminicídio. Neste sentido, também Maria da Penha desempenhou um papel fundamental, já que como ativista liderou a causa feminina, tendo sido, de igual modo, vítima de violência doméstica e quase foi assassinada pelo seu ex-marido. Esta mulher corajosa lutou pelos direitos humanos das mulheres e levou a cabo a reparação da justiça durante 19 anos e 6 meses, conseguindo, finalmente, colocar o agressor na prisão. A sua persistência e determinação na busca pela igualdade de gênero determinaram o destaque do seu caso, quer a nível nacional quer internacional, resultando, deste modo, na promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006. Conquistou, assim, a regulamentação não só do combate à violência doméstica contra as mulheres, como também a proteção das vítimas. A sua experiência pessoal nesta luta, com dificuldades e desafios, pelos direitos humanos como mulher tornou-a única e líder. No fundo, o seu sucesso demonstrou toda a força feminina. Contudo, reconhece-se que a aprovação da Lei sofreu algumas resistências durante o processo de aprovação. Neste campo, a deputada Jandira Feghali desempenhou um papel importante, já que, enquanto líder feminista, marcou no universo político a fomentação da equidade de gênero. Foi, assim, indicada como relatora da Lei Maria da Penha no parlamento e contribuiu, com muito empenho, para que a lei fosse aprovada e implementada.

Na dimensão religiosa brasileira, o presente estudo destacou as religiões afro-brasileiras tendo em conta que a liderança feminina, quer através da Mãe Menininha do Gantois e da Mãe Stella de Oxóssi, quer através da Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque exemplifica o impacto positivo que as mulheres negras desempenharam na valorização e aceitação do Candomblé. Considerando que se trata de uma religião oriunda do continente africano, o Candomblé sofreu discriminação e perseguição política desde a sua chegada ao Brasil. Neste âmbito, as líderes femininas do Candomblé assumiram esta causa que contribuiu, sem dúvida, para a sobrevivência do Candomblé, salvando, assim, a cultura africana. Por um

lado, destaca-se a Mãe Menininha que defendeu os direitos da cultura africana, por outro a Mãe Stella de Oxóssi, a qual foi a primeira líder feminina do Candomblé a escrever sobre a cultura e sabedoria do Candomblé, tornando, assim, a religião mais conhecida e difundida de geração em geração. Para além disso, evidencia-se a inovação quando implementou a comemoração da religião de forma mais ecológica, com vista à proteção ambiental. Por um lado, a Mãe Renilda Bezerra de Albuquerque, além de sacerdotisa, que luta pela sobrevivência do Candomblé no Brasil, por outro, não se recriou a liderança no interior da religião Candomblé e lutou sempre pela diversidade social e igualdade de género e raça. Participou, ainda, ativamente nos movimentos sociais. Durante este processo de defesa da cultura africana do Candomblé, assistiu-se à reconstrução da identidade das mulheres negras e reconheceram-se as capacidades e as aptidões femininas.

Em conclusão, o enfoque nas extraordinárias líderes femininas supracitadas, permitiu à investigadora concluir que os estereótipos sobre as mulheres estão a ser removidos paulatinamente, ou seja, uma nova imagem da Mulher no Brasil está a ser reconstruída. As mulheres brasileiras deixaram de ser controladas pelos homens e mesmo que lentamente, têm conquistado mais autonomia e mais visibilidade na esfera pública. Algumas líderes femininas contribuíram, sem dúvida, para destituir a repartição e a desigualdade entre homem e mulher no poder institucional, social, político, religioso e familiar. Elas já podem ocupar um cargo de liderança, que, antigamente, pertencia aos homens. Na presente dissertação, constatamos que a maioria das líderes femininas selecionadas são mulheres negras que se dedicaram a causas excelentes. Neste sentido, destaca-se assim o feminismo negro ao longo da dissertação, tendo em conta que as mulheres negras ainda estão de algum modo sujeitas ao preconceito do género e sofrem múltiplas situações de opressão e violência, mais do que as mulheres brancas. Por isso, a reflexão sobre o empoderamento das mulheres negras é importante porque permite refletir não só sobre a superação das condições impostas pela dominação, como também sobre a reconstrução da nova imagem feminina.

A liderança feminina remove as barreiras que restringem as habilidades e as competências femininas. As contribuições das mulheres, apresentadas ao longo do presente estudo, demonstram que a mulher pode levar a cabo uma causa como homem e detém qualificações e capacidades de liderança. Como tal, devem ser vistas e respeitadas de igual modo. Todavia, a causa feminista, bem como outros movimentos sociais, ainda não terminaram a sua luta. As experiências vividas das mulheres citadas neste artigo mostram que ainda defrontam inúmeros desafios e dificuldades e que têm um longo percurso a trilhar. A

luta contínua e persistente promoverá um cenário mais justo e equitativo, com vista ao reconhecimento das competências e potencialidades das mulheres. Como estas mulheres, outras irão continuar a lutar pela sua valorização e reconhecimento, isto é, pela igualdade de género.

Na China, o meu país, o fenómeno da discriminação contra as mulheres na sociedade também é muito comum e marcante, mesmo que já tenham evoluído muito ao longo do tempo. Por exemplo, notei que alguns casais chineses têm preferência por filhos masculinos. Na tradição, os filhos vão herdar o sobrenome do seu pai. Por isso, acreditam que só os filhos homens podem herdar a linhagem da família. Enquanto as mulheres, depois do casamento, vão entrar na nova família e cuidar dos sogros. Tal pensamento com origem do feudalismo chinês faz com que as mulheres sofrem muita pressão e desigualdade. Como mulheres, presto muita atenção aos problemas de género e os movimentos feministas contemporâneos sempre atraem minha atenção e me guiam para mais exploração. A frequência ao curso de mestrado em Estudos Brasileiros estimulou minha curiosidade a estudar o feminismo no Brasil. Influenciados pelo patriarcalismo na história, o desenvolvimento do movimento feminista nos dois países tem muito em comum, tanto na forma de luta como nos seus objetivos. A reflexão sobre o feminismo e a nova imagem das mulheres no Brasil podem me inspirar a pensar os problemas de género na China.

BIBLIOGRAFIAS

- Albu, Débora. 2017. Ciberfeminismo no Brasil: construindo identidades dentro dos limites da rede. *13 °MUNDO DE MULHERESE FAZENDO GÊNERO*, 11.
- Antoniazzi, Alberto. 2004. Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 3(5), 13-39.
- Araújo, Bárbara Luna de. 2021. “Jeje não é água, Jeje é raiz que estronda”: reafirmação e luta por reconhecimento no discurso de uma Ialorixá pessoense.
- Azevedo, Fernanda Maria Caldeira de. 2016. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. *Revista Três Pontos*.
- Barsted, Leila Linhares, & Pitanguy, Jacqueline. 2013. Violência contra a mulher e acesso à justiça. Estudo comparativo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha em cinco capitais. Relatório final.
- Barsted, Leila Linhares. 2011. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 13-38.
- Bastos, Ivana Silva. 2011. “Mulheres Iabas.” Tese de Mestrado, Universidade Federal de Paraíba, João Pessoa.
- Beauvoir, Simone. 1961. *O Segundo Sexo*—2a Edição, tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Bester, Gisela Maria. 2016. A luta sufrágica feminina e a conquista do voto pelas mulheres brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. *Argumenta Journal Law*, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 25. p. 327-343
- Birman, Patricia, & Leite, Márcia Pereira. 2000. Whatever happened to what used to be the largest catholic country in the world?. *Daedalus*, 129(2), 271-290.
- Brasil. 2011. Diretrizes nacionais para o abrigo de mulheres em situação de risco e violência[J]. Constituição .
- Calazans, Myllena, & Cortes, Íaris. 2011. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 193.
- Caminha, Carla. 2006. Um novo olhar sobre a condição feminina no catolicismo. *Revista Habitus*, 4(1).
- Campos, Carmen Hein de & Carvalho, Salo. 2011. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. *Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 143-171.
- Campos, Vera Felicidade. 2003. Mãe Stella de Oxóssi: perfil de uma liderança religiosa. Zahar.

- Cardoso¹, Kimberlin Kariny Gonçalves, & Silva, Fabio Lacerda M. 2018. Uma análise histórica introdutória das três ondas do pensamento feminista.
- Carino, Jonaedson. 1999. A biografia e sua instrumentalidade educativa. *Educação & Sociedade*, 20, 153-182.
- Carneiro, Sueli. 2003. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, 17, 117-133.
- Consorte, Josildeth Gomes. 1999. Em torno de um manifesto de ialorixás baianas contra o sincretismo. *Faces da tradição afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Pallas, 71-91.
- Costa, Claudia de Lima. 2002. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, 19, 59-90.
- Costa, Maximiliano Gonçalves de. 2019. “O Sincretismo religioso no Candomblé.” *Anais do Simpósio Nacional de Estudos da Religião da UEG*.
- Crenshaw, Kimberlé. 2002. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, 10, 171-188.
- Daniels, Jessie. 2009. Rethinking Cyberfeminism(s): Race, Gender, and Embodiment. *Women's Studies Quarterly*, Vol. 37, No. 1/2, Technologies (Spring - Summer, 2009), p. 101-124
- Engels, Friedrich. [1884] 2019. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. BOD GmbH DE.
- Feghali, Jandira. 2007. Violência contra mulher: um ponto final. *Saúde em Debate*, 31(75-76-77), 87-96.
- Feghali, Jandira. 2007. Violência contra mulher: um ponto final. *Saúde em Debate*, 31(75-76-77), 87-96.
- FELGUEIRAS, Ana Claudia. 2017. Breve panorama histórico do movimento feminista brasileiro: das sufragistas ao ciberfeminismo. *Revista Digital Simonsen*, 6, 108-121.
- Fernandes, Maria da Penha Maia, [1994] 2012. *Sobrevivi posso contar*. 2º ed. Fortaleza: Armazém da Cultura,
- Ferreira, Carolina Branco de Castro. 2015. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. *cadernospagu*, 199-228.
- Figueiredo, Ângela. 2018. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, 9, 1080-1099.
- Franco, Marielle. 2018. UPP—A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.
- Hanisch, Carol. 1969. O pessoal é político. *Tradução livre*. Fevereiro.

- Heringer, Rosana. 2002. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, S57-S65.
- Holanda, S. B. de, Cândido, A., & Mello, E. C. de. 1936. *Raízes do Brasil* (Vol. 1). J. Olympio.
- Hooks, Bell. 1995. Intelectuais negras. *Estudos feministas*, 3(2), 464.
- Lima, Valdir, et al. 2023. MÃE RENILDA DE OXÓSSI: UMA MEMÓRIA DO CANDOMBLÉ JEJE SAVALUNA PARAÍBA. *REVISTA FOCO*, 16(7), e2566-e2566.
- Lopes, Marcelo Lenz. 2019. A representatividade da mulher negra: um estudo da produção legislativa de Marielle Franco no Rio de Janeiro (2017-2018).
- Loureiro, Gabriela Silva. 2020. To be black, queer and radical: centring the epistemology of Marielle Franco. *Open Cultural Studies*, 4(1), 50-58.
- Maia, Gretha Leite. 2013. A juventude e os coletivos: como se articulam novas formas de expressão política. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, 8(1), 58-73.
- Matos, Marlise. 2010. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. *Revista de sociologia e política*, 18, 67-92.
- Mota, Keli Rocha Silva. 2017. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. *Revista Extraprensa*, 11(1), 108-127.
- Narvaz, Martha Giudice & Koller, Sílvia Helena. 2006. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em estudo*, 11, 647-654.
- Narvaz, Martha Giudice, & Koller, Sílvia Helena. 2006. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia & Sociedade*, 18, 49-55.
- Oliveira, Laís Paula Rodrigues, & Cassab, Latif Antonia . 2014. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, 0-7.
- Perez, Olívia Cristina, & Ricoldi, Olívia Cristina. 2019. A quarta onda feminista: interseccional, digital e coletiva. In *Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP)* (Vol. 10).
- Pinto, Celi Regina J. 2003. Uma história do feminismo no Brasil.
- Rezende, Daniela Leandro. 2016. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. *Pensamento Plural*, (17), 07-27.
- Ribeiro, Diana, Conceição Nogueira & Magalhães, Diana, Conceição Nogueira. 2021. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro.
- Rocha, Lia de Mattos. 2018. A vida e as lutas de Marielle Franco. *Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, (42).

- Santos, Gevanilda. 2009. *Relações raciais e desigualdade no Brasil*. BOD GmbH DE.
- Silva, Jacilene Maria. 2019. *Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda*. Recife.
- Silva, Thaís Pereira da 2017. TICS: resistência das mulheres negras. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, 13, 67-71.
- Silva, Vagner Gonçalves da. s.d. “A Criação da Umbanda.” *Grandes 6 Religiões Cultos Afros*. História Viva.
- Soihet, Rachel. 2013. *Feminismos e antifeminismos: mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania plena*. CNPq.
- Sousa, Lia Gomes Pinto de. 2009. *Educação e profissionalização de mulheres: trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)* (Doctoral dissertation).
- Souza Júnior, Vilson Caetano de. 2018. *Corujebó: candomblé e polícia de costumes (1938-1976)*. SciELO-EDUFBA.
- Souza, Lídio de & Cortez, Mirian Beccheri 2014. A delegacia da mulher perante as normas e leis para o enfrentamento da violência contra a mulher: um estudo de caso. *Revista de Administração Pública*, 48, 621-639.
- Vega, Manuel. 2001. Mãe Menininha. *Osun across the Waters*, 84-86.
- Verger, Pierre, & Carybé. 2005. “Orixás.” *Revista*. Edizioni Associate.
- Walters, Margaret. 2005. *Feminism: A very short introduction* (Vol. 141). Oxford University Press, USA.
- Woitowicz, Karina Janz & Pedro, Joana Maria. 2009. O Movimento Feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. *Espaço Plural*, 10(21), 43-55.

Websites, Documentos e Notícias de Jornal

- A Cor do Axé, Facebook, 31 de dezembro de 2018. Disponível em <https://m.facebook.com/2070078799728389/>. Acesso em 1 de abril de 2024.
- Afirmativa, “Luta contra a Violência à Mulher: Brasil ocupa o 5º lugar no Ranking mundial do Femicídio”, 11 de out. de 2021. Disponível em <https://revistaafirmativa.com.br/luta-contra-a-violencia-a-mulher-brasil-ocupa-o-5o-lugar-no-ranking-mundial-do-femicidio/>. Acesso em 27 de maio de 2024.
- Agência do Globo, “Quem é quem no assassinato de Marielle Franco? Entenda o andamento do caso na Justiça”, 27 de março de 2024. Disponível em <https://exame.com/brasil/quem-e-quem-no-assassinato-de-marielle-franco-entenda-o-andamento-do-caso-na-justica/>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Antunes, FEMININO EM DEBATE, “As sementes de Marielle Franco: Quem são as mulheres negras eleitas em 2018 ”, 11 de outubro de 2018. Disponível em <https://www.femininoemdebate.com.br/post/as-sementes-de-marielle-franco-quem-sao-as-mulheres-negras-eleitas-em-2018>. Acesso em 27 de Maio de 2024.

Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021. Disponível em <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>.

BBC Brasil, “Por que o assassinato de Marielle Franco virou palco de batalha ideológica nas redes” Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-43437479> Acesso em 20 de maio de 2024.

BBC Brasil, “Por que o assassinato de Marielle Franco virou palco de batalha ideológica nas redes” Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-43437479> Acesso em 20 de maio de 2024.

Blogueiras Feministas, “Marielle Franco Franco, presente! Por ela e por todas nós”, 15 de março de 2018. Disponível em <https://blogueirasfeministas.com/2018/03/15/marielle-franco-presente-por-ela-e-por-todas-nos/> Acesso em 20 de maio de 2024.

Brasil de Fato, “Amanhecer por Marielle Franco e Anderson acorda três continentes”, 2018. Disponível em <https://www.MarielleFrancofranco.com.br/amanhecer>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Brasil de Fato, “Mídia internacional repercute assassinato de Marielle destacando sua luta política”, 15 de março de 2018. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/midia-internacional-repercute-assassinato-de-marielle-destacando-sua-luta-politica>. Acesso em 28 de maio de 2024

Campolim, Sílvia. Super, "Camdomblé no Brasil - Orixás, Tradições, Festas e Costumes", 31 de dezembro de 1994. Disponível em <https://super.abril.com.br/historia/candomble-no-brasil-orixas-tradicoes-festas-e-costumes>. Acesso em 1 de abril, 2024.

Correio, “Despedida de Mãe Menininha do Gantois teve cortejo de 3h por ruas de Salvador”, 25 de abril, 2021. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/colunistas/clarissa-pacheco/despedita-de-mae-menininha-do-gantois-teve-cortejo-de-3h-por-ruas-de-salvador-0421> Acesso em 1 de abril de 2024.

Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=272058>

Ecoa, Rodrigues Paula de. UOL. “Mãe Menininha: O que a maior mãe de santo fez contra o racismo religioso”, 10 de fevereiro de 2023. Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2023/02/10/mae-menininha-do-gantois.htm>. Acesso em 6 de abril, 2024.

Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/contraviol%C3%Aancia-e-contra-o-feminic%C3%ADdio/2510406099202590/>

Feghali, Facebook, 31 de março de 2017. Disponível em https://www.facebook.com/sigajandira2/photos/eu-sou-jandira-feghalisou-a-soma-das-mulheres-que-vieram-antes-de-mim-e-da-nova-1526803674020956/?locale=pt_BR

- G1 DF, “Lei Maria da Penha: DF recebeu 129 mil denúncias de violência doméstica nos últimos dez anos”, 19 de novembro de 2019. Disponível em [Lei Maria da Penha: DF recebeu 129 mil denúncias de violência doméstica nos últimos dez anos | Distrito Federal | G1 \(globo.com\) REVER A FORMA DE CITAR](#) Acesso em 28 de maio de 2024.
- G1 Rio, “Câmara do Rio aprova 5 projetos de lei da vereadora Marielle Franco em sessão extraordinária”, 2 de maio de 2018. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/camara-do-rio-aprova-5-projetos-de-lei-da-vereadora-marielle-franco-em-sessao-extraordinaria.ghtml> Acesso em 29 de maio de 2024.
- Gandra, Agência Brasil, “Saiba quem são os suspeitos de mandar executar Marielle Franco”, 24 de Março de 2024. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-03/saiba-quem-sao-os-suspeitos-de-mandar-executar-marielle-franco>. Acesso em 27 de maio de 2024.
- Geledés, "Discurso de posse de Mãe Stella de Oxóssi na Cadeira n.º 33 da Academia de Letras da Bahia", 14 de setembro de 2013. Disponível em <https://www.geledes.org.br/discurso-de-posse-de-mae-stella-de-oxossi-na-cadeira-n-33-da-academia-de-letras-da-bahia/> Acesso em 1 de abril de 2024.
- Geledés, “Discurso de posse de Mãe Stella de Oxóssi na Cadeira nº 33 da Academia de Letras da Bahia”, 14 de setembro de 2013. Disponível em <https://www.geledes.org.br/discurso-de-posse-de-mae-stella-de-oxossi-na-cadeira-n-33-da-academia-de-letras-da-bahia/> Acesso em 1 de abril de 2024.
- Global, “O Estado brasileiro é o responsável pelo assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes”, 24 de Março de 2024. Disponível em <https://www.global.org.br/blog/o-estado-brasileiro-e-o-responsavel-pelo-assinatio-de-marielle-franco-e-anderson-gomes/>. Acesso em 27 de maio de 2024.
- IMP (Instituto Maria da Penha), 2009. Disponível em <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>.
- Instituto Marielle Franco, 2019. Disponível em <https://www.institutomariellefranco.org>.
- Marinatto, O globo, “Vereadora Marielle Franco é assassinada a tiros no Estácio”, em 19 de novembro de 2021. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/vereadora-marielle-franco-assassinada-tiros-no-estacio-22491063>. Acesso em 27 de maio de 2024.
- Mesquita, BBC Brasil em Londres, “Os últimos momentos de Marielle Franco antes de ser morta com quatro tiros na cabeça”, 15 março 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43414709>. Acesso em 27 de maio de 2024.
- Moreno, Sayonara, Agência Brasil, "Mãe Menininha do Gantois será tema da Vai Vai no Carnaval do ano que vem", 8 junho de 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-06/mae-menininha-do-gantois-sera-tema-da-vai-vai-no-carnaval-do-ano-que-vem> Acesso em 2 abril de 2024.
- Muniz Tailane, Correio, “Com 8,5 metros, homenagem a Mãe Stella de Oxóssi é inaugurada”, 29 de abril de 2019. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/salvador/com-85-metros-homenagem-a-mae-stella-de-oxossi-e-inaugurada-0419> Acesso em 1 de abril de 2024.

Nascimento, g1 Rio, “Quem são os suspeitos de mandar matar Marielle”, 24 de Março de 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/24/quem-sao-os-suspeitos-de-mandar-matar-marielle.ghtml>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Prosa Verso e Arte, “Mãe Stella de Oxóssideixou legado de sabedoria”, 28 de dezembro de 2018. Disponível em <https://www.revistaprosaveroarte.com/mae-stella-de-oxossi-deixou-legado-de-sabedoria/> Acesso em 1 de abril, 2024.

Pádua, exame. “Quem mandou matar Marielle Franco? Saiba o que a operação da PF aponta sobre o crime”, 24 de Março de 2024. Disponível em <https://exame.com/brasil/quem-mandou-matar-marielle-franco-saiba-o-que-a-operacao-da-pf-aponta-sobre-o-crime/>. Acesso em 27 de maio de 2024.

Santos, g1, “INFOGRÁFICO: Quem é quem na investigação do Caso Marielle”, 26 de Março de 2024. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/26/infografico-quem-e-quem-na-investigacao-do-caso-marielle.ghtml>. Acesso em 27 de maio de 2024.

São Francisco do Sul, “ LEI MARIA DA PENHA COMPLETA 15 ANOS NO DIA 07 DE AGOSTO”, em 6 de Agosto de 2021. Disponível em <https://www.saofranciscodosul.sc.gov.br/noticia/8510/lei-maria-da-penha-completa-15-anos-no-dia-07-de-agosto>. Acesso em 26 de maio de 2024.

Santos, Maria Stella de Azevedo. A tarde, "Presença, sim! Presente, não!", 23 de dez de 2015. Disponível em <https://www.geledes.org.br/presenca-sim-presente-nao/>. Acesso em 6 de abril de 2024.

SIC Notícias, “Assassino revela quem o contratou para matar Marielle Franco”, 20 de Março de 2024. Disponível em <https://sicnoticias.pt/mundo/2024-03-20-Assassino-revela-quem-o-contratou-para-matar-Marielle-Franco-8a7f293a>. Acesso em 27 de maio de 2024.

UFSC, “Rede de apoio às mulheres em situação de violência doméstica”, 2022. Disponível em [CARTILHA ViolenciaMulheres_V2-1.pdf \(ufsc.br\) A CITAÇÃO NÃO È ASSIM](#) Acesso em 27 de maio de 2024.

Veiga Edison. BBC NEWS BRASIL, “Quem foi Menininha do Gantois, a maior mãe de santo do Brasil, que assumiu o cargo há 100 anos”. 6 de agosto de 2022. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62375929>. Acesso em 6 de abril de 2024.

Vinícios, Acorda Cidade, “Mãe Stella de Oxóssi comemora 90 anos neste sábado”, 1 de maio de 2015. Disponível em <https://www.acordacidade.com.br/noticias/mae-stella-de-oxossi-comemora-90-anos-neste-sabado/> Acesso em 28 de maio de 2024.

Youtube. “Marielle Franco avisou: ‘democracia está ameaçada’ - Ponte Jornalismo” 2018. Disponível em <https://youtu.be/h9oC94oOAdA> Acesso em dia 28 de maio de 2024.